



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA VINTE
E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO**

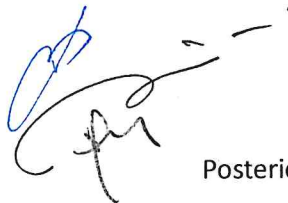
Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sob a presidência do **Presidente da Mesa**, Raul Jorge Fernandes da Cunha, do **Primeiro Secretário**, Palmira Teresa Moreira Dias, e do **Segundo Secretário**, Manuel Armando Salgado Santos.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dado início à primeira sessão ordinária de mandato, começando por apresentar os cumprimentos ao Presidente da Câmara e na sua pessoa, a todos os Vereadores presentes, bem como a todos os Deputados e Presidentes de Junta e público presente. Informou que as sessões da Assembleia Municipal eram transmitidas em direto e estavam a ser gravadas, ficando disponíveis no site do município, pelo que informou, ainda, o público que pretendesse intervir nas sessões que deveria preencher a ficha respetiva dando autorização ou não à captação de imagem.

Afirmou que estavam na primeira reunião da Assembleia Municipal e que como tinham tido oportunidade de verificar a extensa ordem de trabalhos, apelou a todos os deputados para, sem prejuízo de poderem dizer tudo aquilo que pensavam, pudessem fazê-lo de uma forma objetiva, sintética e sem muitos considerandos. Mencionou que ia tentar ser um bocadinho mais rigoroso na questão dos tempos do que o habitual, exatamente para tentarem cumprir a agenda que se nos propuseram.

De seguida, procedeu à leitura dos seguintes pedidos de suspensão: Alexandra Pereira Gonçalves, eleita pelo PS; Pedro Nuno Bastos Freitas, eleito pela coligação "Fafe Sempre!"; Ricardo Jorge Ferreira Gomes da Costa e Paulo Jorge Costa, ambos eleitos pelo Partido Chega. As pessoas indicadas para os substituir, depois de assinarem a respetiva presença, tomaram assento na Assembleia. Pediram também a sua substituição os Senhores Presidente da Juntas de Freguesia de Fafe pela Vogal Soraia Costa, o Presidente da Junta de Paços, pelo tesoureiro Tiago Silva, o Presidente da Junta de Freguesia de Medelo, pela secretária Cristina Fernandes. Antes de começarem o período antes da hora do dia, o **Presidente da Mesa** colocou à consideração da Assembleia a justificação da falta à última sessão extraordinária, realizada no dia vinte e um de novembro, dos deputados Nuno Vasco Moreira e Maria Mercedes Mendes Pardo. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Em cumprimento do disposto no número 3, do artigo 44º do RJAL, aprovado pela Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Mesa** procedeu à verificação da identidade e legitimidade do eleito Nuno Vasco Moreira Lopes, que faltou à instalação do órgão no dia 25/10/2025, tendo o mesmo tomado posse, conforme documento anexo à presente ata.



Posteriormente, o **Presidente da Mesa** informou que o expediente, cuja relação tinha sido distribuída pelos Senhores Deputados, se encontrava disponível para consulta.

Entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.

Foi dada a palavra **Vasco Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, que iniciou a sua intervenção para deixar uma palavra de felicitação a todos os que foram candidatos nas últimas eleições autárquicas, vencedores e vencidos, pois todos contribuíram para afirmar que a democracia em Fafe está bem viva. Afirmou que isso era particularmente importante num tempo onde os regimes democráticos eram seriamente desafiados pelos regimes mais autocráticos e onde atualmente fazer política era cada vez mais difícil devido à exposição e ao escrutínio, quer da vida pública quer da vida privada, a que se estava sujeito e também perante o crescente populismo na esfera política.

Aproveitou, igualmente, para agradecer à Assembleia a justificação da sua falta na Assembleia extraordinária, realizada no passado dia 21 de dezembro, mencionando que essa ausência se deveu a um compromisso previamente assumido no âmbito desportivo, que não podia adiar porque estava em representação de Portugal. Aproveitou para agradecer também ao Presidente da Câmara as felicitações que lhe dirigiu pelo resultado alcançado no campeonato do Mundo de Kickbox.

Continuou afirmando que no âmbito do PRR 360 Acessibilidades, foram aprovados projetos para o concelho de Fafe, tendo como prazo limite de execução o final do ano de dois mil e vinte e cinco, dizendo, contudo que, pelo conhecimento que tinha, as obras ainda não tinham iniciado. Afirmou que estavam a falar de investimentos que eram essenciais para a inclusão social de quem tinha mobilidade reduzida e estavam a falar também de fundos europeus que corriam o risco de serem perdidos por falta de execução. Por isso, perguntou por que razão continuavam esses projetos parados e que garantias dava o Executivo à Assembleia de que o financiamento não seria desperdiçado.

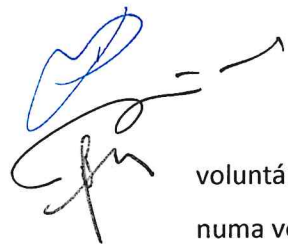
De seguida, foi dada a palavra a **José Ribeiro, eleito pelo PDS/PPD** para perguntar se a Câmara tinha reclamado junto das entidades competentes pelo facto haver troços com buracos, alguns que já eram crateras, com todos os inconvenientes inerentes a isso. Gostava de pedir ao Presidente da Câmara se, eventualmente, poderia trazer à Assembleia na sessão seguinte, informação sobre as contas do pacote descentralizador, ou seja, o que era transferido e o que era gasto pela Câmara com essas transferências porque no orçamento que adiante iam apreciar, o Presidente da Câmara deixava uma ligeira queixa sobre a insuficiência de meios das transferências para as competências que foram sendo transferidas para o município e, portanto, se fosse possível de forma não muito elaborada, mas simples, que lhes fosse dada informação sobre cada uma das áreas das transferências: aquilo que era gasto e aquilo que era transferido, para terem ideia correta sobre isso. Pediu, ainda, ao Presidente da Câmara que



pudesse também nessa altura ou, eventualmente na informação municipal que era prestada em cada Assembleia Municipal, que pudesse ser acrescentada uma informação sobre as empreitadas em curso, as grandes empreitadas, as grandes obras, relativamente aos consumos financeiros, aos prazos de execução, se havia derrapagens, se não havia derrapagens, a previsão da sua conclusão, porque a informação municipal como era habitual há muitos anos, apenas lhes relatava se estava em execução ou se estava em conclusão. Mencionou que seria interessante que a informação pudesse ser completada com o ponto de situação dessas empreitadas.

Por fim, perguntou se a Carta Educativa do Concelho estava atualizada e há quanto tempo não era revista, perguntando ainda se as empreitadas que constavam do orçamento, presumindo que sim pois não poderia ser de outra forma, se estavam devidamente apoiadas naquilo que dizia a Carta Educativa do Concelho.

Posteriormente foi dada a palavra a **Fátima Caldeira, eleita pelo PS**, para dizer que Fafe Natal foi mais uma vez um programa multicultural, criativo, pensado e elaborado pelo município, com a qualidade e diversidade que, surpreendentemente, os tinham habituado. Afirmou que Fafe Natal 2025, tal como em anos anteriores, animava a cidade e o comércio local desde o passado dia 28 de novembro, através de uma agenda multifacetada de atividades, espetáculos de som e luz, música, dança, teatro, contos, expressão artística, animações de rua e vários divertimentos que eram apreciados e participados por vários públicos-alvo, crianças, jovens e menos jovens, famílias, associações, instituições, escolas, músicos, cantores e atores, artesãos e expositores que animavam a cidade e a quem a visitava na época especial da vida em comunidade. A praça, as ruas, o teatro-cinema, a biblioteca municipal, o mercado de Natal, a Igreja Nova, o pavilhão multiusos eram palcos de múltiplas atuações. O fado, o encontro de cores de Natal, os vários concertos de Natal, os ciclos de música de câmara, a música popular e de Natal, o balé, o teatro, as marionetes, a patinagem, o circo de Natal, o comboio itinerante, os carrossel e comboio infantis, as muitas, muitas atuações e animações de rua, os encontros de reis das escolas e da comunidade, o apoio social a famílias mais carenciadas através da entrega de cabazes e vales de Natal, eram atividades e ações que foram pormenorizadamente planeadas e calendarizadas pelos Senhores Vereadores da Cultura e Desporto, da Educação, Coesão Social e Igualdade e Inclusão e, maioritariamente, dinamizadas por grupos e associações do nosso concelho em estreita parceria, colaboração e participação. Tão importantes e imprescindíveis na promoção de momentos de reencontro, união, alegria, animação e solidariedade, valores característicos dessa época festiva. Mencionou que, por isso, o Partido Socialista reconhecia o sucesso de Fafe Natal e felicitava o Município, a Associação Empresarial e demais entidades, grupos e associações envolvidos na organização e participação



voluntária nos eventos já realizados e nos que ainda estavam a acontecer, transformando Fafe numa verdadeira cidade natal, aberta, acessível e disponível para todos.

Usou da palavra o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para fazer uma pergunta ao Presidente da Câmara sobre os outdoors de que se falou numa reunião de Câmara, há uns tempos, tendo sido questionado, disse que não tinha sido a Câmara, só se fosse o partido. Esta Assembleia não serve aqui para fiscalizar o PS, nem nenhum partido, mas para fiscalizar a ação da Câmara e, o que a lei prevê é que em período eleitoral as câmaras sejam imparciais e que não tomem medidas ou que não façam propaganda que possa ser lida como um apoio a esta ou aquela candidatura. O Presidente afirmou que a Câmara não vê esses cartazes, a questão específica que eu aqui coloco é se o nos pode explicar que cartazes são os que a Câmara pagou à empresa Segredoscomcôr, Unipessoal Lda., no valor de 3.700€, por um serviço de aquisição de dois outdoors, obras praça mártires do fascismo e pavilhão desportivo de Arões. E já agora, se não acha que 3.700€ é um preço exagerado para dois outdoors.

De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Felgueiras, Gontim e Pedraído**, que iniciou a sua intervenção para se pronunciar sobre o ato de instalação da Assembleia Municipal, que aconteceu no dia 25 de outubro, um ato que lhe pareceu ter decorrido bem, mas passado algum tempo, pouco, apareceram nas redes sociais algumas publicações contestando a participação dos presidentes de junta eleitos que não tinham tomado posse. Mencionou que a Assembleia Municipal foi instalada a partir desse momento e os Senhores Presidentes de Junta eleitos tomaram posse. Referiu que esse assunto caiu no esquecimento, mas era preciso que as pessoas fossem sérias e que, conforme tinham ido para as redes sociais levantar essa suspeita, se calhar, se retratassem perante a Assembleia bem como perante os serviços porque, nesse caso, eram os serviços municipais que estavam em causa, porque eram eles que organizam o processo e se foram cometidas algumas ilegalidades que elas fossem esclarecidas.

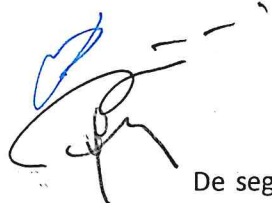
Referiu também que na semana transata, foi confrontado com mais uma notícia de um Presidente Junta que foi denunciado por causa das suas funções no município, um Presidente de Junta que no mandato passado fez um ótimo trabalho e, portanto, foi reeleito, deduzindo que fosse, portanto, algum ressentimento da oposição que estivesse a decalcar esse assunto.

Reportando-se às tomadas de posse nas freguesias, afirmou que, pelo menos, os eleitos do Partido Socialista, aqueles que estiveram em funções e que foram à luta e saíram derrotados, tomaram posse, não estiveram disponíveis apenas para ocuparem cargos, mas também para estar na oposição. E isso é que era importante e que a oposição devia refletir quando isso acontecia e que, quando se convidavam pessoas, essas deviam estar disponíveis para aquilo que o povo entendesse no ato cívico-democrático que era o voto e não só para os cargos.



De seguida, usou da palavra **Honorato Silva, eleito pelo PSD/PPD**, para fazer um ponto de situação sobre o Hospital de São José, um tema absolutamente central para o futuro da saúde do concelho. Mencionou que, em várias reuniões de Câmara, foi solicitado aquilo que consideravam elementar numa democracia local madura, a divulgação clara, transparente e pública do novo acordo celebrado entre o Estado e a Santa Casa Misericórdia de Fafe, entidade responsável pela gestão do hospital. Mencionou que esse acordo tinha sido repetidamente enaltecido, quer pelo Presidente de Câmara, quer pelo Provedor da Santa Casa, com um especial destaque para um alegado reforço de financiamento superior a 6 milhões de euros. Perante números dessa dimensão, afirmou que era legítimo e era o seu dever perguntar o que significava concretamente esse acordo para os Fafenses. Afirmou que mais financiamento se traduzia, de facto, em mais e melhores cuidados de saúde ou estariam apenas perante uma medida de estabilização financeira da instituição, sem impacto real na resposta dos serviços de saúde prestados à população. Disse que essas eram questões sérias que não podiam ficar no domínio do discurso político ou da retórica institucional, pois exigiam documentos, factos e clareza, por isso, já tinha sido solicitado pelos Vereadores do PSD e reiterava na Assembleia, que o referido acordo fosse enviado para os eleitos municipais ou disponibilizado publicamente, incluindo os seus principais termos, os compromissos assumidos, as contrapartidas envolvidas e os impactos concretos esperados na prestação de cuidado de saúde aos cidadãos. Afirmou que os Fafenses tinham o direito de saber o que era negociado em seu nome, mas esse dossier não se esgotava aí, pelo que entendiam que a Câmara Municipal devia assumir um papel mais ativo, mais exigente e mais determinado junto do Governo e, em particular, junto da Senhora Ministra de Saúde, no sentido de garantir respostas claras e de questões fundamentais, concretamente, que especialidades médicas deviam afinal assegurar o Hospital São José, no presente e no futuro, para responder de forma adequada às necessidades da população do concelho e da região; segundo, questionou sobre o que tinha acontecido ao compromisso assumido em 2009, relativamente à construção do novo hospital, dizendo que esse compromisso não podia cair num esquecimento, nem ser eternamente adiado. Afirmou que a saúde dos Fafenses não podia continuar refém de promessas vagas ou de soluções provisórias. Mencionou que defender a saúde pública era uma prioridade que não podia esperar, nem ser tratada como um assunto secundário. Fafe merecia um hospital à altura das suas necessidades, à altura da população e à altura da dignidade dos seus cidadãos, e era o que exigiam e o que continuavam a defender.

Terminou, por isso, com uma questão direta ao Presidente da Câmara, perguntando para quando estava prevista uma reunião com o Governo sobre o novo hospital de Fafe e se já tinha sido enviado algum ofício a solicitar formalmente esse encontro.



De seguida, o **Presidente da Mesa informou** que receberam duas moções apresentadas pelo PCP, começando por pôr à consideração da Assembleia a possibilidade de as juntar, uma vez que havia três forças políticas, o Chega, o CDS e o Partido Socialista, a propor **um voto de louvor ao Santiago Verdi**. Propôs que se juntasse tudo e votar só uma vez, embora pudessem dar conhecimento ao atleta da proposta feita pelas várias forças políticas, caso concordassem. Assim, procedeu à leitura do voto do Chega:

“Santiago Verdi, natural do concelho de Fafe, integrou a Seleção Nacional de Futebol Sub-17, no passado dia 27 de novembro de 2025, conquistou o título de campeão do Mundo de Sub-17, um feito histórico. É a primeira vez que a Seleção Nacional alcança esse título nesse escalão.

Este feito projeta o nome do concelho de Fafe, no panorama nacional e internacional, contribuindo para o prestígio e visibilidade do município e representa um exemplo de dedicação, empenho, talento e superação individual de um jovem oriundo da nossa terra.

O desporto, e em particular os êxitos de atletas jovens oriundos do nosso Concelho, são motivo legítimo do reconhecimento público pela sua importância social, formativa e de inspiração para as gerações vindouras, conforme prática já adotada em diversos municípios portugueses mediante votos de labor e atletas e coletivos desportivos.

Que este reconhecimento sirva também de estímulo público aos jovens do concelho, valorizando a prática desportiva, a formação e o compromisso com os valores associativos e comunitários.

Assim, esta Assembleia delibera atribuir a Santiago Verde um voto de louvor, em reconhecimento pelo extraordinário feito desportivo de se sagrar Campeão do Mundo do Sub-17 ao serviço da Seleção Nacional, honrando, por via desse sucesso, o concelho de Fafe.

Que este voto louvor seja publicado na ata da respetiva Assembleia e entregue formalmente ao atleta como símbolo da prece pelo mérito, esforço e orgulho que proporcionou ao município. E dar pública a notícia deste facto.”

Afirmou que todos os considerandos dos outros partidos andavam mais ou menos à volta disso, sendo que o PSD e a IL também se associavam àquele voto.

Colocado a votação, **foi aprovado, por unanimidade.**

- Apresentou, de seguida, o **voto de louvor ao Arquiteto Gil Soares**, subscrito por José Ribeiro e João Sousa, eleitos pelo PSD/PPD tendo procedido à sua leitura:

“Gil Soares, natural de Travassós, e com a sua atividade profissional, centrada em Fafe, desde o seu início, tem revelado uma enorme dedicação e sensibilidade artística às causas históricas e culturais, com forte ligação à nossa realidade social.

Considerando que o arquiteto Gil Soares é dotado de grande generosidade e altruísmo profissional, quer na sua atividade particular, quer na sua colaboração com as diferentes instituições e entidades do nosso concelho;



Considerando que o arquiteto Gil Soares, na sua ainda curta atividade profissional, tem espalhado por quase todo o concelho ideias, projetos e realizações marcantes no desenvolvimento do nosso território, reconhecidas e publicamente elogiadas, designadamente na sua colaboração com as juntas de freguesia, e instituições de solidariedade social, bem como associações, de forma generosa e competente,

Propõem que esta Assembleia aprove um voto de louvor e agradecimento ao arquiteto Gil Soares pelo seu contributo generoso, dedicado e competente com as juntas de freguesia e instituições a quem tem dado a sua prestimosa colaboração, dando disso conhecimento público, assim como ao próprio”.

Colocado a votação, foi **aprovado, por maioria, com quatro abstenções.**

- Posteriormente apresentou o **Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Arlindo Monteiro Marinho**, natural de Arões S. Romão, onde exerceu funções de Presidente de Junta de 1976 a 1979, após as primeiras eleições autárquicas democráticas.

“O Engenheiro Arlindo Marinho foi funcionário municipal, responsável pelos serviços de eletricidade dos serviços municipalizados até à sua integração em 1982 na EDP, por efeito da nacionalização dos serviços de eletricidade, sempre com enorme dedicação, profissionalismo e competência, num período decisivo da eletrificação do nosso Conselho e em tempo de recursos muito escassos.

Apesar da integração na EDP, nem por isso a sua influência, colaboração e dedicação ao concelho manteve-se e foi mesmo decisiva em diversos investimentos e melhorias do abastecimento elétrico e da nossa rede, que acompanhei de muito perto, assegurando o menor custo para o concelho de que são testemunhas privilegiadas as juntas de freguesia de então.

O Engenheiro Marinho foi ainda Membro Qualificado desta Assembleia Municipal, não só a representar a sua freguesia, mas também depois eleito diretamente em listas do Partido Socialista.

Por tudo isso, por ser de elementar justiça a reconhecer, proponho que se aprovam o voto de pesar, mas também de agradecimento do Município, guardando um minuto de silêncio pela sua memória, devendo dar-se público conhecimento, bem como à sua família direita”.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito lhe parecia que há muitos anos o Município agraciou o engenheiro Arlindo Marinho, não tendo a certeza disso pelo que pediu ao Presidente da Câmara que verificasse isso, porque julgava que era uma das pessoas que merecia o reconhecimento do município, mencionando que poucos foram os que trabalharam tanto e que pouparam tanto ao município pela sua atividade profissional, como foi o engenheiro Arlindo Marinho.



Afirmou que a sua proposta, quando o Deputado pediu a palavra, ia no sentido de, como havia mais dois votos a pesar, guardavam um minuto de silêncio pelos três, sem impedir que se fossem votados um a um.

Colocado à votação, foi **aprovado por unanimidade**.

- **Voto de pesar pelo falecimento do Francisco Pinto Balsemão**, procedeu, de imediato, à sua leitura: *“É com profundo pesar que se regista o falecimento do Francisco Pinto Balsemão, personalidade de notável relevo na vida pública portuguesa, cujo percurso se distinguiu de forma exemplar nos domínios político, empresarial, cívico e cultural.*

Ao longo de várias décadas, Francisco Pinto Balsemão desempenhou um papel determinante na consolidação da democracia em Portugal, exercendo com um elevado sentido de responsabilidade inequívoco e espírito de serviço público, funções governativas de particular relevância, designadamente no desempenho do cargo de Primeiro-Ministro da República Portuguesa. A sua ação pública foi sempre norteadada pelos princípios da liberdade, pluralismo, rigor democrático e permanente compromisso com o interesse nacional.

Enquanto fundador e principal impulsionador de um dos mais relevantes grupos de comunicação social portuguesa, contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento da liberdade de imprensa e para a afirmação de um espaço público informado, crítico e plural, deixando uma profunda marca e duradoura no panorama mediático nacional.

O seu legado ultrapassa os cargos que exerceu, refletindo-se numa vida inteiramente dedicada ao pensamento livre, à participação cívica esclarecida e à defesa intransigente dos valores fundamentais da democracia, constituindo assim uma referência e um exemplo para as gerações presentes e vindouras.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista submete à consideração da Assembleia Municipal de Fafe a proposta de que esta aprove um voto de pesar pelo falecimento do Francisco Pinto Balsemão; Delibere a comunicação do presente voto de pesar à família enlutada como uma expressão institucional de solidariedade, respeito e sentido a homenagem; Determine que o referido voto de pesar seja elaborado em ata e divulgado nos termos regimentais aplicáveis. E eu acrescentaria, e se guarda um minuto de silêncio em sua memória”.

O PSD, também, subscrevia a proposta.

Colocado à votação, **foi aprovado, por unanimidade**.

- **Voto de pesar pelo falecimento do Álvaro Laborinho Lúcio**, tendo procedido à sua leitura:

“Álvaro Laborinho Lúcio foi uma figura maior da vida jurídica, cívica e intelectual portuguesa, cujo percurso se distinguiu pelo rigor do pensamento, pelo profundo sentido de justiça e por uma dedicação exemplar ao serviço público.

Magistrado de reconhecido mérito, exerceu funções de elevada responsabilidade, pautando sempre a sua atuação pela independência, pelo humanismo e por um compromisso inabalável



com os valores do Estado de Direito Democrático. Ao longo da sua carreira, contribuiu de forma decisiva para a dignificação da magistratura e para o fortalecimento das instituições democráticas em Portugal, deixando um legado duradouro no sistema judicial e na vida pública nacional.

Para além da sua atividade profissional, destacou-se igualmente pela sua intervenção cívica e intelectual, sendo uma referência ética e moral para várias gerações. O seu pensamento crítico, a reflexão lúcida sobre a justiça e a permanente defesa dos direitos, liberdades e garantias fizeram dele uma voz respeitada e escutada no espaço público.

A ligação do Álvaro Laborinho Lúcio ao concelho de Fafe ficou marcada, desde logo, pela sua participação em 2017 na iniciativa “Terra Justa”, onde deu um contributo relevante para a reflexão cívica e democrática. A sua presença constituiu um momento de particular significado para a comunidade fafense, promovendo o debate em torno dos valores da justiça, da cidadania e do Estado de Direito, que sempre nortearam o seu percurso.

Posteriormente, regressou à Fafe por ocasião das comemorações do 111º aniversário da Implantação da República, associando-se a uma efeméride de elevado simbolismo histórico e cívico. A sua participação nestas comemorações representou um contributo relevante para a evocação e valorização dos ideais republicanos, da democracia e da cidadania ativa, reforçando a ligação entre a sua intervenção pública e a identidade cívica do concelho.

A sua personalidade afável, a integridade de carácter, a clareza de pensamento e a capacidade de diálogo granjearam-lhe o respeito e a admiração de colegas, colaboradores e de todos quantos com ele privaram, deixando um legado humano tão marcante quanto o seu legado profissional.

Assim, perante o seu falecimento, o Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista manifesta um mais profundo pesar, endereçando à família, amigos e a todos os que sentiram a sua perda as mais sentidas condolências, prestando justa homenagem à memória de um cidadão exemplar e defensor incansável da justiça, da democracia e dos valores republicanos.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar Municipal do Partido Socialista submete à consideração da Assembleia Municipal a proposta de que aprove um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Álvaro de Laborinho Lúcio, reconhecendo o seu notável, relevante e amplamente reconhecido contributo para a vida jurídica, cívica e democrática do país. Delibere a comunicação do presente voto de pesar à família enlutada com a expressão institucional de solidariedade, respeito e sentido de homenagem e determine que o referido voto de pesar seja elaborado, inapto e divulgado nos termos regimentais aplicáveis”.

O PDS associou-se à presente proposta.

Colocado à votação, foi **aprovado, por unanimidade.**

Foi guardado um minuto de silêncio.



 - **Moção pela valorização das cantinas escolares**, apresentada pelo PCP/PEV, tendo procedido à sua leitura.

"Pela valorização das cantinas escolares:

As cantinas escolares desempenham um papel insubstituível na saúde e desenvolvimento das crianças e jovens do nosso Conselho. Mais do que pontos de distribuição de alimentos, são plataformas pedagógicas essenciais para a promoção e consolidação de hábitos de consumo alimentar saudáveis. Numa sociedade confrontada com o aumento das doenças associadas a dietas desequilibradas, a qualidade e diversidade da refeição escolar são ferramentas cruciais de educação alimentar e de saúde pública, garantindo que todos os alunos têm acesso diário a uma alimentação nutricionalmente completa, capaz de potenciar a concentração, a aprendizagem e o bem-estar a longo prazo.

O município de Fafe tem o dever de aliar uma alimentação de qualidade dos seus alunos ao apoio à sustentabilidade económica dos seus produtores locais, nomeadamente a agricultura familiar. Atualmente, os produtores locais e a agricultura familiar em particular enfrentam dificuldades significativas no escoamento dos seus produtos, apesar de oferecerem bens alimentares de elevada qualidade e frescura, provenientes de circuitos curtos. A gestão das cantinas escolares representa uma oportunidade de ouro para o município inverter este ciclo, transformando-se num parceiro comercial de referência. Esta política de aquisição local não só garante maior qualidade na alimentação fornecida, como também fomenta a consciencialização dos alunos e da comunidade para a importância da origem dos produtos e o valor da produção regional.

É fundamental reconhecer o bom trabalho e o empenho inquestionável das funcionárias das cantinas escolares, que asseguram diariamente centenas de refeições com profissionalismo e dedicação. No entanto, o seu esforço é contrariado por condições de trabalho difíceis e inaceitáveis, marcadas pela instabilidade contratual, ordenados baixíssimos e até pelo incumprimento dos rácios de trabalhadores face ao número de estudantes a servir. A precariedade e a sobrecarga de trabalho imposta por via da opção pela subcontratação desvalorizam a função essencial, exigindo uma intervenção municipal que assegure a estabilidade e a dignidade profissional destas trabalhadoras.

A Câmara Municipal deve ser o exemplo maior de uma Administração Municipal que honra os seus compromissos sociais. Isso implica uma mudança de paradigma, quer na forma como se relaciona com os produtos locais, assumindo um papel ativo na promoção da alimentação de qualidade para os alunos, quer inequivocamente na forma como trata os trabalhadores das cantinas, que são parte integrante e insubstituível da comunidade escolar do município. O tratamento digno e o respeito pelos direitos dos trabalhadores são tão importantes quanto a qualidade da refeição servida, pois acarretam exemplos de dignidade e valorização humana.



Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Fafe recomenda à Câmara Municipal o seguinte:

- 1. Assumir a gestão das cantinas escolares do município assim que o contrato de prestação de serviços atualmente em vigor termine, revertendo a subcontratação para um modelo de gestão direta municipal;*
- 2. A adoção das medidas necessárias e urgentes para que os bens alimentares consumidos nas cantinas geridas pelo município incluam de forma crescente e sustentável produtos locais, regionais e nacionais, através de um mecanismo de consumo que valorize os circuitos curtos e*
- 3. Diligenciar a abertura dos procedimentos necessários e adequados para a contratação de trabalhadores, a tempo inteiro, de forma a assegurar e otimizar o bom funcionamento das cantinas, cumprindo os rácios do pessoal exigidos e conferindo a estabilidade e dignidade remuneratória e contratual que estes profissionais merecem.”*

Solicitou a palavra **Vasco Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que receberam muitas moções e concordava com os princípios enunciados na moção em debate, no entanto foram apresentados de forma abstrata, eram legítimos e também eram sociavelmente relevantes. No entanto, não era possível votar favoravelmente a moção sem que a Assembleia dispusesse de uma informação objetiva sobre o impacto financeiro, custos operacionais e implicações orçamentais das medidas que recomendava. Por isso, reafirmando o respeito pelos objetivos sociais da moção, entendiam que sem dados concretos, sem avaliação de custos e sem um estudo de viabilidade, não estavam reunidas as condições para um voto favorável consciente e responsável.

De seguida, foi dada a palavra a **Dulce Vieira, eleita pelo PS**, para dizer que o Partido Socialista analisou a presente moção e disse que considerando que no contexto atual era inviável para o município assumir a gestão direta das cantinas escolares, tendo em conta as exigências logísticas associadas à aquisição, armazenamento e controlo de confeção de géneros alimentares que exigiam estruturas técnicas, recursos humanos especializados e elevados padrões de certificação. O Partido Socialista entendia que, nesse momento, esse serviço estava mais adequadamente assegurado pelas operadoras do setor privado externo ao município, aos quais dispunham de experiência, capacidade técnica e sistemas de controlo que lhes permitia responder à crescente complexidade. Do serviço, nomeadamente no que respeitava à segurança alimentar das crianças num contexto marcado cada vez mais pelo aumento das alergias às intolerâncias alimentares. Afirmou que o Partido Socialista defendia que a prioridade devia ser a exigência de melhores níveis de qualidade do serviço prestado, através da definição rigorosa dos critérios contratuais, nomeadamente os cadernos de encargos muito bem definidos e do acompanhamento permanente de modo a garantir refeições seguras, equilibradas e ajustadas às necessidades dos alunos, salvaguardando-se sempre o superior



interesse das crianças e dos jovens do município, assim, o Partido Socialista votaria contra a presente moção.

De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que o PSD dizia que se devia avaliar os custos e o PS dizia que era inviável e não precisava do tal estudo que o PSD falava, sabia já dizer que era inviável, pelo que disse que havia uma coisa que se costumava dizer em relação à cultura que era um investimento que era muito caro, até o ensino era um investimento muito caro. E depois não se media quanto custava ser ignorante ou não saber ler. E no caso desses custos, não estavam a medir os custos que a Câmara teria de pagar ou que os alunos tinham de pagar, do impacto local da Câmara assumir o serviço e os custos que era ter um contrato de trabalho de 10 meses com salário mínimo ou ter um contrato de trabalho de horas por dia que era o que tinham as funcionárias. Disse que por isso percebia a preocupação com esses custos, que era pena que não percebessem que havia outros custos que eram pagos pela população de Fafe pela existência nessa opção de gestão.

De seguida, foi colocada a votação, sendo **rejeitada com um voto a favor e uma abstenção**.

Passou-se à segunda **Moção pela criação do Gabinete de Apoio ao Associativismo**, tendo procedido à sua leitura o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**: *"O movimento associativo popular é, ao longo da nossa história, uma força viva e um pilar insubstituível no coração das comunidades, respondendo às necessidades mais básicas das populações, da educação à música, do desporto à fruição artística. O associativismo é essencial na construção de uma sociedade mais justa e plural, garantindo o acesso democrático à cultura, ao desporto, à cidadania ativa em todas as suas formas e vertentes. Em Fafe, o movimento associativo está profundamente enraizado, contando com um número notável de coletividades, associações e dirigentes que, com elevado trabalho voluntário e dedicação, promovem inúmeras atividades culturais, recreativas, desportivas e sociais, contribuindo para a coesão social e identidade local. Existiram tentativas de apoio a este movimento, nomeadamente através do portal do associativismo que permitiu a desmaterialização e a centralização de candidaturas e de informação. No entanto, o dinamismo e as complexidades de gestão do movimento associativo exigem uma resposta mais robusta e de proximidade, capaz de um verdadeiro apoio técnico e humano direto.*

Pelo exposto e reconhecendo o papel determinante do movimento associativo de Fafe, a Assembleia Municipal propõe a adoção das seguintes medidas à Câmara Municipal:

- A criação e implementação do Gabinete de Apoio ao Associativismo, recomendando que essa criação seja rápida, a rápida implementação de um gabinete de apoio ao seu ativismo enquanto serviço municipal dedicado, com a missão de prestar suporte técnico, administrativo e estratégico às associações, coletividades e outras entidades sem fins lucrativos do concelho;



- O Gabinete de Apoio ao Associativismo deverá ter, entre as suas principais funções, as seguintes prioridades: auxiliar as novas associações nos primeiros passos, prestando apoio jurídico e administrativo essencial na fase de constituição, redação dos estatutos, registo legal e obtenção do número de identificação de pessoa coletiva, garantindo um arranque sólido; auxiliar na apresentação de candidaturas a programas de apoio e subsídios, quer sejam municipais, regionais, nacionais ou europeus, incluindo a preparação de planos de atividade anual, orçamentos e comprovativos de despesa; Prestar aconselhamento especializado em áreas como planeamento, gestão, organização interna e legislação aplicável ao regime associativo; apoiar a criação, ampliação, manutenção e modernização das infraestruturas e equipamentos das Associações, colaborando na elaboração de projetos e na procura de soluções de financiamento e atuar como ponto de comunicação ágil entre as Associações e a Câmara Municipal e promover a cooperação e o trabalho em rede entre as diferentes entidades associativas do conselho.

Recomenda-se também que este processo seja o mais célere possível, mas com as condições necessárias para cumprir as funções propostas.”

Usou da palavra **João Alberto Pereira, eleito pelo PS**, que começou por dizer que o Partido Socialista analisava sempre com atenção e rigor todas as recomendações ou sugestões apresentadas, no sentido de reforçar a qualidade dos serviços e da própria atuação municipal. Contudo realçou que a organização desses serviços era definida pelo executivo, refletindo a vontade dos fafenses, claramente expressa nos resultados das últimas eleições. Mencionou que a Câmara Municipal já assegurava, de forma multidisciplinar, estruturada e eficaz, os serviços a que a recomendação se referia, aos quais se encontravam plenamente integrados na sua orgânica e em funcionamento regular. E recordou um exemplo tal como foi abordado no último Conselho Municipal da Juventude, um órgão onde esteve presente a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro, representantes da Assembleia Municipal e representantes de várias associações com atuação no concelho de Fafe, mencionando que o obstáculo principal identificado pelas próprias associações era efetivamente, não a falta de informação, mas o excesso e a redundância da mesma e tal como foi referido, também, na sua moção positivamente e bem o portal do associativismo criado pelo município, conseguia facilitar bastante o registo e o contacto com os serviços municipais e principalmente o contacto com os serviços municipais dedicado a essa temática e até a promoção atual das atividades das associações em geral, não apenas das associações juvenis. Referiu que os serviços tinham obviamente de ser continuamente avaliados e ajustados. Afirmou que existia o compromisso de garantir a conformidade legal e a qualidade na resposta adequada às associações. Assim, a aceitação da proposta seria uma redundância, uma vez que os serviços já estavam a ser



prestados e permanentemente atualizados pelo município. Por esses motivos, o Partido Socialista rejeitaria a moção.

De seguida, foi dada a palavra a **Vasco Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, que iniciou a sua intervenção dizendo que, apesar de reconhecerem o papel fundamental do movimento associativo no concelho e partilharem os princípios gerais da moção, sabiam que algumas associações tinham algumas dificuldades em preencher os formulários. No entanto, não era possível votar favoravelmente uma proposta que recomendava a criação de um novo gabinete municipal sem qualquer avaliação de custos, impacto financeiro ou mesmo a necessidade organizacional que já foi mencionada. Afirmou que a moção propunha uma estrutura permanente com múltiplas funções técnicas e administrativas, mas não quantificava os recursos humanos, não identificava fontes de financiamento e não demonstrava que essas funções não pudessem ser já asseguradas pelos serviços já existentes. Portanto, seria irresponsável votarem favoravelmente pelo que, por essas razões e apesar de concordarem com os objetivos genéricos de apoio ao associativismo, não estavam reunidas as condições para um voto favorável, consciente e responsável.

Usou da palavra **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV** para dizer que acreditava que já houvesse respostas dadas pela Câmara, alguém conseguiria responder de uma maneira ou de outra. Mencionou que a ideia era que isso ficasse reunido num gabinete e que dessa forma se conseguisse fazer melhor. Notou que o PSD concordava, mas que achava que era preciso um estudo, pelo que nada impedia o PSD de, concordando, então pedisse à Câmara esse estudo. Salientou que, quando referiu que cabia à Câmara tomar essas medidas porque houve eleições e o povo elegeu a Câmara, disse ainda que pensava que também havia um boletim que era para a Assembleia Municipal que também foi o povo que votou e que fazia parte dos deveres dos membros da Assembleia proporem ou rejeitarem atitudes da própria Câmara. Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **rejeitada com 4 votos a favor do Chega e do PCP/PEV**.

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para poder responder às questões que lhe foram colocadas.

Pelo **Presidente da Câmara** foram prestados os seguintes esclarecimentos:

- Relativamente à candidatura com financiamento do PRR, que chamava Acessibilidades 360º, informou que numa primeira fase a Câmara não se candidatou a este programa. Numa segunda fase, candidatou-se por insistência até do membro do governo, Clara Marques Mendes e tinha sido ainda a Vereadora Palmira a acompanhar esse processo. Afirmou que era um programa extremamente mal desenhado e que quase impossibilitava que as câmaras, com as normas e as regras da contratação pública, o exercessem. Informou que a candidatura foi apresentada e tinha como prazo de execução 31 de dezembro de 2025. De qualquer das formas, o prazo foi



prorrogado até 31 de março e não sabia se não seria ainda prorrogado. O valor da candidatura era de cerca de 280 mil euros, o que obrigava a um concurso e não havia empreiteiro, com o volume de obras que existia, para 20 ou 30 intervenções, de 10, 15 mil euros cada. Informou que, mesmo assim, tomaram a decisão de dividir e assumir apenas para fazer um concurso, apenas consultando três entidades e solicitando que empresas pudessem candidatar-se, portanto, um concurso até 150 mil euros, a Câmara estaria na disponibilidade de apenas ir ao PRR buscar 150 mil euros, assumindo do orçamento próprio o restante para fazermos as intervenções. Mencionou que foram feitas, pelos técnicos da Câmara, visitas aos locais para que o empreiteiro pudesse ter conhecimento das obras que eram pequenas e eram necessárias realizar. Afirmou que mesmo assim, das três empresas, todas elas afirmaram que não tinham capacidade da sua execução até 31 de dezembro, que estariam disponíveis para fazer num prazo mais alargado. Portanto, se as mesmas empresas, que foram consultadas e cujo volume de obra se fixe pelos 150 mil euros para ser uma consulta apenas a três entidades, lançaria na mesma um procedimento, assegurariam que até 31 de março o pudessem fazer. Se isso não acontecesse, a Câmara não deixaria de assumir por orçamento próprio a execução, mas do ponto de vista do financiamento do PRR, se mantivessem essas regras, se não alargassem os prazos, era completamente impossível. Afirmou que o programa era benéfico para as famílias, estava mal desenhado, não era como o programa municipal em que a Câmara, feita a avaliação até entrega, digamos, o dinheiro à própria família para que pudesse ela executar as obras com acompanhamento da Câmara. Portanto, juntando tudo era quase impossível realizar este programa, contudo quis assegurar que, com verbas do PRR ou sem verbas do PRR, tratando-se de necessidades de famílias e a maior parte delas carenciadas, não deixariam de o executar, nem que fosse com um prazo mais dilatado e podiam fazer um concurso;

- Relativamente à intervenção do deputado José Ribeiro disse que com o IP tinham várias reclamações e, portanto, algumas delas sortiram efeito, com algumas reparações efetuadas em Travassós, que teve muito tempo prolongado com buracos na estrada e, portanto, só mesmo com insistência e quase ameaças da parte da Câmara, é que foi reparada. Informou que teve uma conversa com o atual Ministro das Infraestruturas no sentido de até poderem assumir a gestão ou a descentralização dessas estradas para o âmbito da Câmara, nomeadamente no atravessamento do concelho de Fafe, tendo-se mostrado disponível, que teria de haver uma contrapartida financeira porque elas estavam de facto todas em mau estado. Disse que ultimamente, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, esse assunto foi levantado em duas vertentes, primeiro as Câmaras não tinham dinheiro para as retificações necessárias fazer às suas estradas municipais, porque estavam a fazer esse esforço nas próprias estradas municipais e em muitos concelhos necessitavam de investimentos avultados. Mencionou que o



Governo estava a estudar até financiamento quer para o Governo e para as Câmaras de modo que pudessem fazer essas intervenções para dotar de condições de segurança necessárias.

Mencionou que era fácil ceder-lhe as contas relativamente a transferências de competências porque estavam obrigados a fazer esse reporte à DGAL. Afirmou que era verdade que na área da saúde e na área social as contas até se equilibravam, e que o desequilíbrio era na área da educação e tinha muito a ver com o número de funcionários, por excesso que tinham e que a portaria não comportava, referindo que há muitos anos que os governos diziam que iam rever a portaria e, portanto, era mais por aí na questão do pessoal.

- Relativamente à informação municipal disse que era sempre possível dar-lhe o detalhe que era necessário e, portanto, pedia aos serviços para colocar informação mais detalhada, o valor da adjudicação, o prazo da sua conclusão e os consumos financeiros que ia tendo.

- Quanto à Carta Educativa, afirmou que esteve atualizada até 2024, que foi incluída na revisão do PDM, e o Vereador da Educação dava-lhe nota que no ano que se seguia iniciaria a sua revisão/ atualização, referindo que estavam obrigados a fazê-lo, portanto as obras previstas eram obras nas escolas contempladas e que necessitavam dessas intervenções.

- Agradeceu à deputada Fátima Caldeira pela intervenção sobre a festividade de Cidade do Natal.

- Quando aos outdoors, referido pelo Deputado Alexandre Leite, afirmou que ainda iam ser colocados, e que o ajuste direto que referia era recente porque o da Feira Velha ainda não estava colocado e o de Arões não sabia se já estava colocado, mas se não estava, essa obra estava em curso, e ia ser colocado e esse sim era pela Câmara, os restantes não foram pela Câmara.

- Relativamente à questão do hospital de Fafe, disse que como já tinha referido em reunião de Câmara, estava disponível para que a Assembleia promovesse o debate que se justificava em torno da saúde. Mencionou que não tinha a mesma informação que o deputado Honorato Silva. Afirmou que tinha informação de que os hospitais de Fafe e Guimarães que funcionavam bem, com as lacunas e as deficiências que todos elencaram, com as quais eram confrontados diariamente. Disse que o Vereador Rui Novais, em sede da reunião de Câmara e depois oficializou com um ofício, que posteriormente enviou esse mesmo ofício à Misericórdia, no sentido de lhe fazer chegar o acordo, contudo à presente reunião ainda não lhe remeteram o documento solicitado. E, portanto, se a Assembleia e o Senhor Deputado entendessem deviam solicitá-lo diretamente. Voltou a disponibilizar-se para que a Assembleia, numa sessão extraordinária, sem demagogia, discuta a questão da saúde, que era uma preocupação a nível nacional e todos sabiam, mas estava disponível para fazerem esse debate e chamarem as pessoas que entendessem sobre a matéria para dizer como é que o serviço estava a funcionar e como é que devia estar a funcionar para cautelar os interesses do nosso município.



Entrou-se no período de **ORDEM DO DIA**.

Ponto um - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal;

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto dois - Apreciação e votação da 5ª Alteração modificativa;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a modificação se reportava a um aumento de receita, corrente e de capital, e depois para uma diminuição das receitas, nomeadamente no capítulo da reabilitação dos edifícios escolares, por, até ao momento, o Governo não lhes ter permitido apresentar a candidatura à reabilitação das 4 escolas EB2,3 e isso impedia-os de iniciar as obras e naturalmente não tinham consumo financeiro. Portanto, disse que tinham a intenção de iniciar em 2025, mantinham a intenção de ainda as poderem iniciar durante o ano de 2026, mencionando que o orçamento que era de 96 milhões de euros, passava, por essa circunstância, a ser de 90 milhões.

Não havendo intervenções, foi colocada à votação, tendo sido ***aprovada, por maioria, com 11 abstenções do PCP/PEV, IL, Chega, CDS e PSD/PPD.***

De seguida, o **Presidente da Mesa** informou que se ia entrar num conjunto de pontos que abordavam todos a questão da fiscalidade do município, propôs à Assembleia o seguinte:

la passar a palavra ao **Presidente da Câmara** para que apresentasse os pontos 3, 4, 5 e 6 no seu conjunto, pedindo à Assembleia que analisasse e discutisse os pontos no seu conjunto e depois votavam um a um.

Assim, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que nenhum desses pontos tinha sofrido alteração, portanto, mantinham a fiscalidade dos anos anteriores.

Informou que na questão da fixação da derrama, mantinham a possibilidade que lhes era concedida de reduzir a fiscalidade sobre os lucros das empresas, isentavam todos aqueles cujo volume de negócios que não ultrapassava 150 mil euros que de resto era onde se encaixava a maioria das empresas e fixavam a taxa não em 1.5, que era o limite máximo, mas fixavam-na em 1.2.

Relativamente ao IRS, explicou que há muitos anos que a Câmara abdicava de aplicar os 5% e devolvia 2% a que tinha direito às famílias e salientava que as famílias com rendimento mínimo ou aquelas que não tinham rendimentos anuais superiores a 12.000€, estavam isentas de IRS, portanto era só para famílias que tinham vencimentos anuais superiores, mantendo aquilo que vigorou também no ano anterior de devolver os 2%.

Quanto à taxa de IMI, também aplicámos as taxas mínimas, que eram de 0,3, mencionando que podiam aplicar 0,45. Salientou que ainda havia aqui uma redução para os agregados familiares compostos por 1, 2 e 3 filhos, com reduções fixas conforme a lei lhes permitia. Afirmou que no



corrente ano apareceu a novidade de isentar de 3 para 5 anos a o IMI para as habitações que tivessem valor tributável de 125 mil euros.

A taxa de derrama que é de 0,25, é pouco significativa a receita que é arrecadada com esta taxa, cerca de 17 mil euros. Portanto, mesmo que nós pudéssemos querer aplicar uma taxa superior, estamos impedidos de o fazer faca a lei em vigor, para todas aquelas empresas de telecomunicações que, de alguma forma, prestam serviço público.

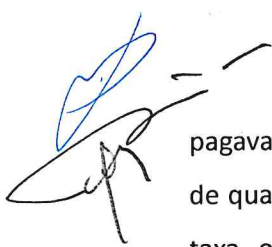
Foi dada a palavra, a **Vanessa Barata, eleita pelo Chega**, que iniciou a sua intervenção dizendo que era um gosto regressar, porque para muitos que não sabiam, mas era um regresso à Assembleia Municipal. Referiu que, numa intervenção ouviu alguém dizer que as pessoas não deviam querer só cargos, que deviam estar presentes. Disse que não sabia se era para ela essa indireta, mas concordava, referindo que da sua parte tudo faria, mesmo estando longe e mesmo estando em regime de exclusividade longe, tudo faria para estar presente e, não sendo possível a sua presença física, certamente ficava marcado o seu trabalho na Assembleia, juntamente com o grupo municipal ao qual pertencia. Feita a nota inicial, pretendia falar da derrama, afirmando que, muito provavelmente, os seus colegas também iam falar de outras taxas, que queriam fazer a discussão por pontos. Disse que sabia que normalmente englobava-se tudo, mas ia começar por falar da derrama. Mencionou que a proposta em discussão era sobre a fixação da taxa a cobrar de 2026, que não era, como sabiam uma formalidade técnica, mas uma decisão política com impacto direto na economia local, no investimento, no emprego, e tudo isso impactava no concelho de Fafe. Afirmou que a escolha da taxa da derrama a cobrar era também em si uma declaração de intenções do executivo, e que depois de ver o orçamento, e o Presidente da Câmara corrigi-la-ia se estivesse errada e se tivesse visto mal, a escolha do executivo foi fixar a derrama em 1,5% acima de 150 mil euros, que era a taxa máxima legal aplicável às empresas com volume de negócios igual ou superior a 150 mil euros. Sublinhou um ponto essencial, concretamente que a lei não obrigava o município a cobrar derrama, muito menos a aplicar a taxa máxima sendo que o mínimo legal era zero, o resto era opção política. Mencionou que a receita da derrama tinha vindo a crescer de forma consistente, essa foi a análise que estava plasmada no orçamento, e que nos últimos anos não estavam perante uma quebra de receitas, não estavam perante uma emergência financeira, e ainda assim a Câmara optava por aumentar os impostos às empresas que mais contribuíam para a economia local, às empresas que escolhiam Fafe para desenvolver o seu negócio e para dinamizar a economia local, para criar emprego e eram penalizadas pelo Executivo que queria uma parte dos lucros das empresas para si. Afirmou que, da parte do Chega, seriam sempre claros e coerentes com a sua forma de estar, tanto a nível nacional como a nível autárquico. Queriam menos impostos, queriam mais competitividade, queriam um maior incentivo às empresas, um maior investimento e mais emprego. Afirmou que as empresas não eram o



inimigo, as empresas eram parceiras essenciais. Penalizá-las era dar um sinal errado, sobretudo num contexto económico nacional difícil e era importante dizer e queria salientar que a derrama incidia sobre o lucro, ou seja, quando uma empresa conseguia crescer, conseguia investir e conseguia ter resultados positivos, o município respondia com carga fiscal, respondia com penalização. Mencionou que a Câmara argumentava, o Presidente da Câmara tinha acabado de o dizer que era uma receita fundamental, digamos assim, nesses investimentos municipais, mas esse argumento, que era genérico e recorrente, aliás, não podia servir para sempre justificar estes impostos. Afirmou que, antes de pedir mais às empresas, o município devia demonstrar que fez tudo o que estava ao seu alcance para contenção e eficiência da despesa, o que não fez e iam ver mais adiante em relação ao orçamento próprio dito e às grandes opções do plano. Portanto, terminou dizendo que a proposta não era inevitável, não era obrigatória e não era neutra. Era uma escolha política que optava pela via do aumento de impostos, em vez de uma estratégia fiscal amiga da economia local, amiga dos empresários Fafenses. E por coerência com aquilo que defendiam, uma economia livre, competitiva, capaz de criar riqueza, o Chega e não podia acompanhar algo que agrava a carga fiscal sobre quem investia, quem trabalhava e quem criava emprego, por essas razões votariam contra.

De seguida, foi dada a palavra a **Rui Flório Costa, eleito pelo CDS/PP**, que, sendo a sua primeira intervenção na nova Assembleia, quis reforçar os cumprimentos a toda a gente e tentar ser breve nas intervenções, conciso e objetivo também para imprimirem essa dinâmica na Assembleia. Relativamente ao ponto em análise disse que realmente a documentação que seguiu para os Membros da Assembleia Municipal, pelo menos aquilo que viu, era que constava lá 1,5%, não sabendo se era lapso que poderia ser na documentação que seguiu e naquilo que estava no orçamento. Afirmou que caso fosse lapso, era preciso ver e corrigir na própria Assembleia porque senão não podiam votar mais uma vez um documento com erros desse teor. Disse que ficava então o compromisso que a intenção do município aplicar a derrama de 1,2% mas, de qualquer das formas, o documento tinha de ser votado e tinha de estar correto a nível do que lá estava escrito. Mencionou que também iam votar os três pontos, pelo que se calhar falava de uma só vez e muito rapidamente das três questões fiscais.

Relativamente à derrama, fez referência à intervenção do Presidente da Câmara que tinha começado por dizer que no fundo estava tudo na mesma como já vinha sendo no passado. Afirmou que acreditava que sim e precisamente por isso é que voltava a falar, tal como falou no passado, discordando de alguns pontos que já eram do passado, nomeadamente da aplicação da derrama. Referiu que não era a sua opinião, nem do CDS que não fosse aplicada a taxa de derrama, pois achava que isso era uma irresponsabilidade completa, ser amigo das empresas, mas também era preciso financiamento para poder ser amigo das empresas. E, portanto, não era lógico dizer que não era preciso cobrar impostos, agora não se cobrava impostos e ninguém



pagava impostos, era uma irresponsabilidade que já ia sendo habitual. Continuou dizendo que de qualquer das formas, entendiam que a derrama no que respeitava à proposta de fixação da taxa, o CDS-PP não podia deixar de reafirmar uma posição que defendia de forma coerente desde 2023 e que, infelizmente, nunca foi acolhida por este Executivo, apesar de já terem dito isso ou propondo isso ou dando essa ideia. Entendiam que a derrama devia ser um instrumento de justiça fiscal e de estímulo à economia local e não uma penalização indistinta sobre quem investia, criava emprego e gerava riqueza no concelho, por isso, o CDS-PP defendia uma solução mais equilibrada e progressiva e não uma taxa única. Afirmou que a manutenção da isenção até aos 50 mil euros de lucro tributável protegendo as micro e pequenas empresas, estavam de acordo com isso, a criação de uma taxa intermédia de 1% aplicada a empresas com resultados intermédios e apenas a aplicação da taxa de 1,2% às empresas que tivessem um lucro tributável superior a 300 mil euros, garantindo que o maior esforço fiscal recaía sobre quem tinha maior capacidade contributiva. Defendeu que essa proposta permitia conciliar três objetivos essenciais, apoiar o tecido empresarial local, reforçar a competitividade do concelho e assegurar receitas municipais de forma mais justa e sustentável. Referiu que persistir numa lógica de taxa única era ignorar a diversidade do tecido económico fafense e perder uma oportunidade de usar a fiscalidade municipal como instrumento ativo da política económica. E só por essa razão, não sendo contra a aplicação da derrama, mas pela forma como estava desenhada, o CDS teria de votar contra a proposta.

Sobre o IRS e relativamente à proposta de fixação da participação variável do IRS, com uma taxa de participação de 3% e uma devolução de 2% aos municípios, o CDS/PP entendia que essa solução não traduzia um equilíbrio que deveria existir entre o esforço das famílias e o esforço da autarquia, num contexto de elevada pressão fiscal e de perda de poder de compra, pois as famílias continuavam a suportar uma carga fiscal significativa. Disse que o município tinha margem para assumir uma maior responsabilidade sem comprometer a sua estabilidade financeira, por isso, o CDS defendia que a Câmara Municipal deveria aumentar a devolução do IRS para 2,5%, mantendo o limite máximo dos 200 euros por agregado familiar. Referiu que essa solução permitia repartir, de forma mais justa, o esforço entre a autarquia e as famílias, garantindo um alívio fiscal efetivo para quem vivia e trabalhava no concelho. Por esse motivo, também discordando do município só devolver 2%, teriam de votar contra a proposta.

Relativamente ao IMI e à proposta da Câmara que previa a aplicação de uma taxa de IMI de 0,30% para todos os prédios urbanos, afirmou que, relativamente aos prédios rústicos, estavam de acordo e não tinham nada a obstar a que fosse aplicado o que estava proposto no orçamento. No que dizia respeito a todos os prédios urbanos, que estava proposta uma taxa de IMI de 0,30% sem qualquer distinção quanto à sua utilização, o CDS-PP entendia que essa opção não promovia justiça fiscal, nem contribuía para responder ao problema da habitação.



Afirmou que o CDS-PP entendia, por isso, que deveriam ser criadas taxas diferenciadas, especificamente para prédios devolutos, distinguindo a sua localização territorial. Assim, defendiam a aplicação de uma taxa de 0,90% para prédios devolutos situados em zona urbana e de uma taxa de 0,45% para prédios devolutos localizados em zona rural, explicando que essa proposta visava incentivar a colocação desses imóveis no mercado, promover a reabilitação urbana, combater a especulação imobiliária e simultaneamente respeitar as especificidades e dinâmicas distintas entre o meio urbano e o meio rural.

Posteriormente, foi dada a palavra a **Diogo Silva, eleito pela Iniciativa Liberal**, que em primeiro deixou bem claro que, ideologicamente, como liberal, obviamente apoiava sempre uma descida consciente dos impostos e de todo o tipo de taxas. Afirmou que, apesar disso, concordava plenamente que o município precisava manter as suas contas estáveis e, portanto, precisa cobrar aquelas que fossem relativamente razoáveis. Referiu, contudo, que Fafe era uma exceção porque Fafe não conseguia atrair empresas e, desde a Lingote, não conseguiu atrair uma empresa de renome, uma empresa que consiga atrair talento e reter o que já tinham. Disse que para um município que não conseguia atrair empresas, não podiam, na comunicação que lhes foi dada, falava numa taxa de derrama de 1,5%, que queria acreditar que fosse um erro e, portanto, que devia ser corrigido. Por esse motivo não podiam deliberar o ponto, por constar ali um erro.

Pelo **Presidente da Mesa** foi esclarecido que o documento que estava em apreciação, e pedindo desculpa por fazer a interrupção, contudo, assim ficava esclarecido, era o documento que foi aprovado pela Câmara, por unanimidade. Não 1,5% mas em 1,2%, então pediu que corrigissem.

Retomou a palavra **Diogo Silva, eleito pelo Iniciativa Liberal**, para dizer que mesmo assim, nesse caso, falando então da taxa de 1,2%, que essa taxa tinha de ser tendencialmente zero até porque se não conseguiam atrair empresas com uma taxa de 1,2% certamente mesmo a mantinham, não iam continuar exatamente o mesmo registo. Referiu apenas que os vereadores do PSD e Chega aprovaram, juntamente com o Partido Socialista, a manutenção da taxa de derrama, no entanto o que pregaram durante toda a campanha eleitoral era que queriam baixar taxas pelo que não era chegar aqui e mantê-las, afirmando que ou tinham uma postura ou tinham outra. Portanto, se era para baixar taxas, iam mesmo baixá-las, mas não era apenas em campanha eleitoral.

Dirigindo-se especificamente para a Deputada Vanessa Barata que disse que iria votar contra, custou-lhe um pouco perceber que o Chega tivesse uma posição na Câmara e outra na Assembleia Municipal e, entendendo que eram órgãos distintos, pessoas distintas, pelo que queria realçar esse ponto.



Fez um pequeno apontamento ao deputado do CDS que disse que era irresponsável descer a taxa de derrama, portanto, essa taxa que gerava ao município cerca de 800 mil euros anuais, em média, nos últimos cinco anos. Na última Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara desvalorizou, e isso estava registado, um aumento significativo na obra do Centro de Saúde de 150 mil euros, portanto, se conseguiam desvalorizar um valor de 150 mil euros, disse que queria acreditar que conseguiam desvalorizar 800 mil que ia capacitar Fafe, reter talento e aumentar o número de empresas em Fafe que era extremamente importante para conseguirem reter jovens.

De seguida, usou da palavra **Anabela Martins, eleita pelo PS**, para dizer que ia abordar, de forma integrada, as quatro taxas municipais em apreciação.

Assim, afirmou que as propostas que estavam em apreciação relativas à fixação das taxas municipais para o próximo ano fiscal refletiam uma política fiscal municipal coerente, equilibrada e socialmente responsável, que procurava conciliar três objetivos essenciais: a sustentabilidade financeira do Município, o apoio às famílias e a competitividade da economia local.

Em primeiro, a Derrama Municipal para exercício de 2025, a cobrar em 2026, importava sublinhar que a proposta respeitava integralmente o enquadramento legal previsto na Lei das Finanças Locais, garantindo segurança jurídica, previsibilidade fiscal e transparência para os agentes económicos que operavam no concelho.

Mencionou que a opção política apresentada assentava num princípio fundamental: equilibrar a necessidade de receita municipal com a promoção da competitividade económica local. Lembrou que, desde 2017, o Município de Fafe optou, de forma continuada, por aplicar uma taxa inferior, atualmente de 1,2% e por isentar as empresas com volume de negócios até 150.000 euros, porém podia ter aplicado a taxa máxima legal de derrama, atualmente fixada em 1,5%, mas preferia proteger quem tinha menor capacidade contributiva. Afirmou que ao manter uma taxa ajustada e compatível com a realidade económica do concelho, o Município demonstrava que não encarava as empresas apenas como contribuintes, mas como parceiros essenciais no desenvolvimento local, na criação de emprego e na dinamização da economia. Disse que a proposta protegia particularmente as pequenas e médias empresas, que constituíam a espinha dorsal do tecido empresarial local. Sublinhou que ao não agravar a carga fiscal sobre quem investia, trabalhava e criava valor no território, estavam a reforçar a atratividade do concelho e a criar condições para um crescimento económico sustentável.

Referiu que essa decisão não era tomada de forma isolada, mas integrada numa política fiscal municipal coerente, que tinha procurado conciliar rigor financeiro com sensibilidade social e económica. Disse que a opção pela redução da taxa face ao máximo legal e pela isenção das empresas de menor dimensão era uma prática consistente do Município de Fafe, aplicada



desde o período de tributação de 2017, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, ou seja, não estavam perante uma medida pontual ou oportunista, mas sim perante uma linha de política fiscal estável, previsível e coerente ao longo dos anos que permitia às empresas planear a sua atividade com confiança e ao Município assegurar receitas de forma responsável.

Em segundo, a participação variável no IRS de 2026, receita a arrecadar em 2027, mencionou que a taxa de participação no IRS dos municípios era um instrumento relevante da política fiscal local, com impacto direto tanto nas receitas municipais como no rendimento disponível das famílias, referindo que a lei permitia que os municípios participassem até ao limite de 5% do IRS liquidado aos seus munícipes, podendo optar por devolver total ou parcialmente essa percentagem aos contribuintes, tratando-se, portanto, de uma escolha política, que traduzia uma determinada visão sobre a relação entre a autarquia, os seus recursos financeiros e o esforço fiscal pedido aos cidadãos. Mencionou que no caso concreto do Município de Fafe, importava recordar que, pelo menos desde 2008, a taxa de devolução no IRS tinha sido fixada em 2%, com um benefício máximo de até 200 euros por agregado familiar. Ou seja, ao longo de mais de uma década e meia, essa opção manteve-se inalterada, independentemente das mudanças de conjuntura económica, social ou mesmo do aumento generalizado do custo de vida que afetava famílias e empresas. Acrescia ainda um dado que importava sublinhar, para que o debate fosse feito com rigor e justiça. Afirmou que nos últimos anos, o Município de Fafe teria capacidade legal para arrecadar, através da taxa de participação no IRS, um valor próximo de 1.800.000 euros anuais. No entanto, por opção política consciente e responsável, o Município abdicava de cerca de 745.000 euros, devolvendo esse montante diretamente aos munícipes Fafenses, salientando que a decisão era bastante relevante. Disse que isso significava que, mesmo mantendo a taxa de devolução nos 2%, a Câmara Municipal optava por não maximizar a sua receita fiscal, preferindo aliviar o esforço financeiro das famílias e aumentar o seu rendimento disponível. Afirmou que era uma escolha que demonstrava equilíbrio entre a necessidade de garantir contas públicas sólidas e a preocupação social com os cidadãos. Referiu que, num contexto de aumento do custo de vida, essa devolução representava um apoio concreto, direto e transversal aos contribuintes do concelho, sem burocracias nem critérios discriminatórios, pois cada munícipe sentia esse efeito no seu IRS, o que reforçava a transparência e a confiança na gestão municipal.

Em terceiro, relativamente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a vigorar para 2025 e a cobrar em 2026, o Município mantém uma política fiscal claramente favorável aos munícipes. Desde logo, propunha-se a fixação da taxa do IMI urbano na taxa mínima legal de 0,30%, bem como a taxa de 0,8% para os prédios rústicos. Afirmou que essa estratégia de contenção fiscal, representava uma escolha consciente de não sobrecarregar os munícipes, num contexto económico ainda exigente para muitas famílias. Referiu que essa proposta ia mais longe e



reforçava, de forma inequívoca, a sua dimensão social, mantendo-se igualmente a dedução fixa do IMI familiar, beneficiando os agregados familiares com dependentes, reconhecendo os encargos acrescidos das famílias. Disse que falavam de uma dedução de 30 euros para agregados com um dependente, 70 euros para dois dependentes e 140 euros para três ou mais dependentes. Mencionou que, com base nos dados fornecidos, em 2024 beneficiaram dessa dedução mais de 3.300 agregados familiares, tendo um impacto na receita do município de cerca de 160.000€ ano. Referiu que acrescia ainda a prorrogação por mais dois anos da isenção de IMI para imóveis com Valor Patrimonial Tributário até 125.000 euros, alargando o período total de isenção de 3 para 5 anos. Afirmou que essa medida reforçava o apoio à habitação própria e permanente e protegia, de forma concreta, as famílias de menores rendimentos.

A proposta demonstrava que era possível gerir bem, com responsabilidade, sem abdicar da justiça social. Demonstrava também que Fafe continuava a ser um concelho que valorizava as famílias, promovia a estabilidade fiscal e criava condições para a fixação de pessoas e projetos de vida.

Por último, propunha-se ainda a fixação da Taxa Municipal de Direito de Passagem em 0,25%, correspondente à taxa máxima legalmente permitida. Mencionou que essa taxa incidia sobre a faturação mensal das entidades que utilizavam o domínio público municipal para a instalação e exploração de infraestruturas de comunicações eletrónicas, como cabos, condutas e outros equipamentos. Lembrou que se tratava de uma taxa que não onerava diretamente os munícipes, mas garantia uma compensação justa pela utilização do espaço público municipal por operadores económicos.

Afirmou que, em conjunto, essas quatro propostas revelavam uma política fiscal equilibrada, responsável e socialmente justa: protegia as famílias; salvaguardava as pequenas empresas; assegurava a sustentabilidade financeira do Município e garantia justiça na utilização do espaço público.

Salientou que a aprovação dessas propostas era um sinal de responsabilidade política, de compromisso com o desenvolvimento do concelho e de respeito por quem vivia, trabalhava e investia em Fafe. Disse que era uma proposta equilibrada, tecnicamente sustentada e politicamente justa; que essa consistência tinha uma mensagem politicamente forte: Fafe era um concelho que não mudava as regras a meio do jogo, que respeitava quem investia e que governava com responsabilidade financeira.

Por essas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votaria favoravelmente todas as propostas em apreciação.

De seguida, foi dada a palavra a **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que começou por dizer que não sabia se ganhavam muito tempo com a junção e achava que ficava mais confuso para quem estava a assistir. Disse que toda a gente tinha as suas introduções paradas e acabava por



demorar mais tempo. Esclareceu também que todos os documentos que receberam referiam 1,5% e não 1,2%, mas percebia que a Câmara realmente aprovou 1,2%, por isso era 1,2%. Afirmou que até iam elogiar e que afinal recuaram no elogio. Sublinhou que estavam a dois dias do prazo da Câmara informar à Autoridade Tributária sobre a taxa que estava em apreciação. E por isso tinham mesmo de aprovar na presente sessão, se por acaso tivessem de tirar da ordem do dia por um lapso, se houvesse uma falha de luz que não se conseguisse continuar, perguntou como se fazia. Afirmou que o resultado era que se não fosse entregue a tempo e horas, a Câmara perdia a receita e eram perto de 800 mil euros. Por isso, sugeriu que, de futuro, essa decisão pudesse ser tomada na assembleia de setembro, por exemplo, ou que não se deixasse a assembleia de dezembro para tão próximo do fim do ano. Sobre a derrama, mencionou que as críticas que faziam eram neste caso iguais às do ano anterior que consideravam que era possível subir mais o 1,5% e não ficava nada mal, porque percebiam que esse dinheiro arrecadado não era roubado e não seria para queimar à partida, seria para bem dos Fafenses, porque essa coisa de considerar que os impostos eram uma coisa feia e que era roubar, se calhar roubava mais quem tinham os lucros do que quem cobrava os impostos sobre eles.

Sobre o IRS, afirmou que se passava uma coisa ao contrário em relação à derrama, nomeadamente, se a Câmara não trouxesse, poderíamos perder aquela receita. Nesse caso, se a Câmara não trouxesse, a Câmara teria mais receita, por isso sempre que a Câmara trouxesse a proposta nos últimos três anos, se não tivesse trazido, teriam conseguido arrecadar mais 2 milhões de euros. Cada ano que a Câmara trazia esse tema a debate, perdia cerca de 700 mil euros. Eram 2 milhões de euros ao longo dos últimos 3 que serviam para melhor financiar as freguesias, ou para melhoria nas escolas, ou para qualquer outro projeto de interesse público. O que não era de interesse público era desperdiçar esses 700 mil euros por ano a favor das pessoas que mais rendimentos tinham porque uma família, por exemplo, em que ambos recebessem o salário mínimo, a Assembleia o que propunha devolver era zero euros porque essa família não pagava IRS. Por isso essa verba era entregue diretamente aos que mais ganhavam. Disse, ainda que não se podiam esquecer que 2 milhões de euros, correspondia àquilo que a Câmara protocolava com as juntas das freguesias num ano, quanta falta fazia esse valor para investir, por exemplo, nas freguesias. Afirmou que para eles, as medidas para baixar impostos deviam ser universais, iguais para todos e não, assim, aleatórias, criando desigualdade e injustiça e sacrificando o orçamento municipal, como acontecia no caso. Por isso, não concordando com os princípios nem com a proposta, votariam contra a participação variável no IRS.

Quanto ao IMI, ao contrário do que era dito na justificação da proposta da Câmara, esses valores propostos não promoviam a coesão territorial nem social. Essa era uma proposta que



beneficiava claramente, mais uma vez, aqueles que tinham mais património urbano e de valor mais elevado. Mencionou que a lei já previa a isenção de IMI para agregados familiares que reuniam determinados requisitos, no que dizia respeito à habitação própria permanente, com os quais concordavam e até apresentaram no Parlamento outros no sentido da lei ir mais longe, abrangendo mais agregados familiares, sempre no sentido da criação de uma lei mais justa com uma aplicação universal. Disse que não precisavam que a Câmara inclinasse o tabuleiro, ajudando mais os que tinham património, com mais valor. Quanto à dedução direta com a questão do número de filhos, essa era ainda mais cega e mais demagógica e também não promovia a coesão social. Explicou que, se uma família vivesse numa casa de valor patrimonial de 200 mil euros e tivesse um dependente, a Câmara aplicava um desconto de 30 euros no IMI, outra família que vivesse numa casa de valor patrimonial de 2 milhões de euros e que tivesse dois dependentes, a Câmara aplicava-lhe um desconto de 70 euros, se faria algum sentido. Afirmou que a pretensa ajuda às famílias era, na verdade, uma diminuição da capacidade financeira do município e em nada contribuía para melhorar a vida daqueles que mais necessitavam.

Posteriormente, foi dada, novamente a palavra a **Vanessa Barata, eleita pelo Chega**, para dizer que, uma vez que a discussão ia ser feita de uma forma global, e claro que também teria de responder a algumas questões uma vez que foi diretamente interpelada. Assim, ao Deputado do CDS, disse que o Chega nunca mencionado que era contra impostos, aliás não podia querer colocar palavras na boca dos deputados do Chega. Disse, ainda, que a derrama era uma taxa não era um imposto e, como advogado, sabia perfeitamente que existia uma diferença entre uma taxa e um imposto. Afirmou que Portugal tinha uma das maiores cargas fiscais da OCDE, da União Europeia, e que era necessário atrair investimento em Fafe. Ao Deputado da Iniciativa Liberal que tinha dito muito bem que Fafe não atraía empresas, precisavam de os atrair e com isso tinham de favorecer ao nível fiscal para que as empresas viessem de facto para a Fafe. Referiu que não era descabido, era uma forma de atrair investimento.

Relativamente ao IMI que também estava em discussão num dos pontos, afirmou que era sabido que, no Plano Nacional, o Chega tinha proposto e tinha vindo a propor uma isenção alargada do IMI para habitação própria permanente. Disse que tinham discutido inclusivamente a sua abolição como parte de uma reforma fiscal profunda que visava reduzir a carga fiscal sobre a propriedade, sobre as famílias e fomentar o acesso à casa própria. Mencionou que era um sinal positivo para o município ter a taxa mínima legal, mas por questões ideológicas não deviam, em consciência, acompanhar, mas também não o inviabilizariam. Afirmou que entregariam declarações de voto relativamente a todos os pontos e dizer ao Doutor da Iniciativa Liberal, que também a tinha interpelado diretamente que ficou enternecida pela preocupação da divergência de voto entre a Vereação e o Grupo Municipal,



que percebia a preocupação, aliás, disse-lhe que não era só sua, seria um pouco geral com o Chega e com o Grupo Municipal, mas tinha que dizer que estava absolutamente tranquila, ela e os seus colegas de bancada, contra todas as posições de voto tomadas na Assembleia, que reiteravam para fora e para dentro do partido.

Posteriormente, usou da palavra o deputado **Rui Flórido Costa, eleito pelo CDS/PP**, para dizer duas coisas e, começando pelo Deputado da Iniciativa Liberal que disse que o CDS não defendia a descida de impostos, afirmou que isso não era verdade relativamente à derrama até porque ao defender as taxas progressivas estavam precisamente a criar uma descida de impostos. Portanto, era necessário ser preciso quando se fazia uma análise. Disse que ao serem progressivos, estava-se a baixar impostos. Não estavam era a dizer que não tinha de se pagar impostos nenhuns sem fundamentar como.

Relativamente à Deputada Vanessa Barata, disse-lhe que sabiam qual a diferença entre uma taxa e um imposto, e que o que o Chega confundiu foi o valor que ia ser aplicado sobre um imposto que era a derrama e que se lhe chamava taxa porque existia a taxa em contraposição com o imposto e existia a própria taxa que era a percentagem que se aplicava a uma taxa e que se aplicava ao imposto. Portanto, estavam a falar de um imposto a derrama. E podia-lhe dizer, estavam a falar de um imposto porque não existia nenhuma contrapartida associada, se estivessem a falar de uma taxa, tinham uma contrapartida associada e não era o caso. Estavam a falar de um imposto que tinha uma taxa de derrama que entendiam que devia ser progressiva.

Por fim, usou da palavra o **Presidente da Câmara** que começou a sua intervenção para pedir desculpa pelo lapso que a informação da derrama continha e que foi verificado em sede da reunião de Câmara, afirmando que o que foi deliberado era 1.2%, que era o que constava do orçamento, pelo que, pediu desculpa. Continuou dizendo que sobre a questão da fiscalidade da Câmara, no distrito de Braga, veriam que a Câmara de Fafe era uma Câmara amigável, quer do ponto de vista das empresas, quer do ponto de vista das famílias, pelas taxas que aplicava. Quanto ao IMI, afirmou que estava dito que aplicavam a taxa mínima. Quanto à questão levantada pelo deputado Rui Florido de poderem agravar a taxa para os prédios devolutos, afirmou que era uma luta, mas não se colocava de parte poderem fazer o elenco e a inventariação de todos os prédios devolutos e poderem discutir, em sede de Assembleia Municipal, se deveriam ou não proceder a esse agravamento. Deu ainda nota que o município de Fafe era extremamente dependente das transferências do Estado e que em termos de receitas próprias, estavam na ordem dos 30 ou 35%. Explicou que os orçamentos até à data apresentados andavam à volta dos 35 ou 40 milhões de euros e só atingiam os valores como o que iam apresentar a seguir na ordem dos 90 milhões de euros por via dos PRR e dos 2030, etc. Afirmou que era bom que se tivesse consciência que deixaram no mandato de arrecadar 12



milhões de euros. Para terminar, disse que em sede de reunião de Câmara, até por proposta do Vereador Rui Novais, se comprometeram, ao longo de 2026, de fazer uma reflexão sobre a aplicação da taxa da derrama, e que trariam à Assembleia, não sabendo se em abril ou junho uma proposta de aplicação da derrama que podia contemplar parte das achegas que aqui lhes deram. Mencionou que o Vereador estava a compilar todas as possibilidades de elaborarem um regulamento que pudesse trazer a aprovação da Assembleia e fariam essa discussão.

Não havendo mais intervenções, foram colocados à votação os seguintes pontos:

Ponto três - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa de derrama para o exercício de 2025 receita a receber em 2026.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com seis votos contra do PCP/PEV, Chega, IL, CDS e PCP, aprovar.

Ponto quatro - Apreciação e votação da proposta de fixação da participação variável do IRS em 2026, receita a arrecadar em 2027.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção do IL, e os votos contra do PCP, CDS e Chega, aprovar.

Ponto cinco - Apreciação e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis, IMI, a vigorar para 2025 e a cobrar em 2026.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois contra do CDS e PCP e quatro abstenções do Chega.

Ponto seis - Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa municipal de direito de passagem.

A Assembleia Municipal deliberou, com 3 votos contra do Chega e uma abstenção da IL, aprovar.

Ponto sete - Proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano de 2026 e respetivos anexos;

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que podiam fazer a discussão global em conjunto e a votação ponto a ponto.

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** foi efetuado um esforço grande para tornar o documento ora apresentado mais fácil de analisar. Portanto, deixou uma palavra de elogio aos serviços que conseguiram fazer uma apresentação gráfica do documento muito detalhada e de fácil compreensão, que nem sempre era possível, referindo que era um esforço que estavam a tentar melhorar. Depois deu conta de que o próprio executivo, da página 15 à página 108, tentou apresentar uma contextualização do momento que viviam, quer em termos mundiais, quer em termos nacionais. E, de forma muito detalhada, na questão do plano de atividades, cada um dos Senhores Vereadores procurou dar conta daquilo que eram as intenções do



Município e das áreas que cada um tutelava relativamente a um conjunto de atividades que se propunham realizar ao longo do mandato.

Depois deu conta também de que selecionaram quatro eixos onde, a par dos outros, mas onde queriam acentuar a sua intervenção, era o desenvolvimento.

O outro eixo que iria ter relevância grande era a transformação ecológica, a parte ambiental. Portanto, queriam dar ênfase a esse setor, o setor da governação, associado à transição digital também, que os ia confrontar com grandes desafios, mas que eram oportunidades para melhorarem a organização e prestar melhor serviços à população.

Referiu ainda as questões da mobilidade no que concernia, que era a parte da imigração, que era a parte dos transportes, como a cidade e o território se preparava para o aumento cada vez maior, o aumento do uso do automóvel que houve, levando ao da circulação das viaturas e do estacionamento que era necessário contemplar.

Deu conta também da criação de alguns pelouros que procuraram criar com vista a dar resposta a esses novos desafios com que iam sendo confrontados, como a questão da habitação, portanto com a criação do Pelouro da habitação para darem também resposta ao crescente do número de frações que a Câmara ficava proprietária.

Referiu ainda a questão da segurança e da fiscalidade, as questões relacionadas com tudo o que era segurança de bens e pessoas, que cada vez era um desafio mais complexo e procuravam reorganizar, de forma mais coordenada, para poderem dar essa resposta. Referiu que havia também a necessidade de atender à fiscalização em todas as áreas, até pela simplificação legislativa que aí pudesse vir no sentido de atribuir mais responsabilidade ao cidadão. Salientou também a necessidade de que a Câmara tinha de se preparar para, do ponto de vista da fiscalização, poder atuar nessa área.

Referiu, que o desafio na área da saúde, dizendo que procuravam de forma preventiva associar a saúde também ao desporto por forma a realizarem um conjunto de atividades ao longo do mandato que pudessem promover a saúde no concelho.

Explicou que o orçamento atingia um valor de 82,4 milhões de euros e como já tinha dito na intervenção anterior, andavam com valores dos nossos orçamentos que se situavam à volta dos 40 milhões de euros. Disse que o valor que atingiram o ano anterior e que iam atingir no corrente ano era previsível porque, desde a feitura do orçamento até depois ao final do ano, entraram ou ainda conseguiram verbas ainda do 2020. Portanto, houve receita que entrou, o saldo de gerência, o atraso de transferências de verbas, um empréstimo que estava previsto contraírem para a área de saneamento, era previsível que o orçamento atingisse ou ultrapassasse os 90 milhões de euros. Informo, contudo, que em fevereiro, quando fizessem ou incorporassem o saldo de gerência, atenderiam ao valor exato do orçamento. Referiu que para o orçamento de 82.4 milhões de euros, as receitas correntes perfaziam 47.595 mil euros e



representavam-se 58% do nosso orçamento e as despesas correntes, portanto as receitas correntes eram de 47 e as despesas correntes 45 milhões. Disse que significava que havia uma poupança próxima dos 2 milhões de euros que eram transferidos para o investimento. Mencionou que a despesa de capital, no ano 2025, previam que fosse de 34 milhões e 700 e a despesa corrente aumentava, portanto, na proporção da poupança corrente, que se situaria nos 76.764.000€. Portanto, esse valor que apresentava, em termos de orçamento, estava muito dependente dos financiamentos do quadro comunitário e do PRR, porque se porventura não tivessem aplicado aquela taxa amigável em termos de fiscalidade, tinham a arrecadação de mais 3 milhões de euros.

Continuou explicando que na página 131, tinham a estrutura da receita e viam que, relativamente ao ano transato, havia um aumento de 3 milhões e 300 mil euros de receita corrente e concorria para esse aumento da receita corrente, essencialmente, o aumento de 15% que tinham no IMI e o aumento de 35% no IMT, que ajudava a que pudessem estar a contabilizar o aumento de receita corrente. Já na despesa corrente, afirmou que tinham um aumento de 6.675.000 e havia três rubricas que tinham esse peso para esse aumento de despesa corrente, uma delas era o pessoal, com um aumento com a massa salarial por duas razões, no ano de 2025, contrataram um conjunto de quadros para dar resposta às escolas. Informou que terminaram com prestação de serviços de limpeza e, portanto, tiveram de afetar mais recursos humanos às escolas, portanto esse era um aspeto. O segundo, estava relacionado com o reforço dos serviços de manutenção com mais funcionários na área dos eletricitas, canalizadores, serralheiros, etc., como se via o quadro pessoal, pelo balanço social que tinha apresentado, estava envelhecido e havia a necessidade de anteciparem a entrada de alguns funcionários para que houvesse um período de transição e de adaptação à realização de algumas tarefas, nomeadamente as manutenções dos edifícios escolares, centro de saúde, e tudo o resto que a Câmara era responsável pela soma de atenção. Portanto, havia esse acréscimo, além dos aumentos salariais que a função pública teve e que estavam naturalmente aqui refletidos.

Referiu ainda duas outras rubricas, a parte da eletricidade e a parte dos resíduos, mencionando que quando prepararam e apresentaram o orçamento de 2023, na rubrica para as despesas com a eletricidade dos edifícios e eliminação pública, tinham o valor de 755 mil euros, no ano de 2025 e previam, para 2026, fruto das tarifas, 2 milhões e 200 mil euros, salientando que havia um acréscimo brutal em termos daquilo que eram as tarifas e os concursos que, entretanto, promoveram para manter os edifícios e a iluminação pública. Portanto, tinham que acomodar no orçamento esse aumento de despesa corrente. Quanto à área dos resíduos, só para que tivessem noção, no ano 2021, daquilo que era a taxa de TGR, que estava a 16 e naquele momento estava a 35 por tonelada de lixo e o depósito em aterro passavam também



de 35 euros da tonelada para 65 só para o tratamento do lixo de depósito em aterro. Portanto, em 2021 e 2022, eram 820 mil euros e no ano em curso era o dobro, era de 1.540.000 euros e ali acrescia ainda a prestação de serviços pela sua recolha e a receita, portanto, era cerca de 2.100.000 e aquilo que arrecadavam da taxa que os munícipes pagavam pela prestação de serviços era 50% abaixo desse valor. Portanto, pretendeu dar com clareza que o aumento da despesa corrente, dizendo que havia outras rubricas que contribuíram, mas as que tinha enunciado eram as essenciais.

Continuou dando conta que na página 144/145 havia um gráfico global de afetação pelas funções sociais onde se incorporava a educação, a saúde, a habitação, no seu todo, que representavam 54,9% da despesa afeta a essas rubricas. Referiu que se tivessem alguma dúvida do Plano poderia explicar, contudo ia dar, de forma telegráfica, dizendo que aquilo que mais consumo financeiro tinham eram as grandes realizações ou as obras que estavam em curso, aquelas que iniciaram no ano anterior e que se prolongavam para o ano em curso e aquelas que pretendiam ainda iniciar no ano de 2026.

Disse que tinha a expectativa de que a Loja do Cidadão ficasse pronta a entrar em funcionamento em junho de 2026. Portanto, tudo levava a crer que esse prazo poderia ser cumprido. Explicou que era uma obra que acabou por ser paga na totalidade pelo PRR, pois foram contemplados com o seu financiamento na totalidade. Lembrou que a Assembleia tinha autorizado a Câmara a contrair um empréstimo de 2 milhões de euros, que não ia ser utilizado, portanto, só utilizariam a parte do empréstimo referente à aquisição e essa seria amortizada com as rendas, que, entretanto, a Câmara ia cobrar.

Quanto à Praça José Florêncio Soares, em frente ao Tribunal, à igreja e ao hospital informou que se ia concretizar durante o ano 2026, com prazo até dezembro, mas a informação que tinha dos serviços, no dia da presente sessão, e do empreiteiro era de que poderiam vir a antecipar aquela obra para agosto, portanto ela tinha prazo mais dilatado, afirmando que a fase mais demorada foi aquela que esteve até agora em obra, portanto, acreditava que seria concluída até agosto. Mencionou que era uma obra que totalizava 3.770.000 euros e de financiamento só tinham próximos dos 2.000.000. Portanto, 1.170.000 euros iam às receitas próprias da Câmara porque não era na sua totalidade financiada. Disse que tinha a esperança de que, com o evoluir do quadro comunitário, como já aconteceu, pudessem ainda aumentar a taxa de comparticipação.

Relativamente à Praça Marques do Fascismo, mais conhecida por Feira Velha, informou que aquele parque que estava em construção de três pisos, estava atrasado. A informação que tinha era que até maio seria concluído e o atraso prendia-se com a falta de disponibilidade de fornecer ao empreiteiro os pré-fabricados. Portanto, era uma estrutura que se montava rapidamente e foi com esse pressuposto que tomaram, à data, a opção para ser uma obra de



execução rápida e depois foram confrontados com a dificuldade de fornecimento daquelas peças, daquelas estruturas pré-fabricadas. Explicou que acabaram a ser penalizados por isso, dizendo que a ideia era que, até maio, pudessem ter o parque pronto para poderem e lançarem, durante o mês de janeiro ou fevereiro, a requalificação da Alameda, portanto, de toda aquela aprovação que já fizeram, já divulgaram as imagens e iam colocar na Praça Mártires do Fascismo o arranjo.

Sobre o Primeiro Direito na Alvorada, acreditavam que até março ou abril estaria pronto, uma vez que as obras estavam a um ritmo que lhes permitia também pensar que elas estariam concluídas e durante o mês de janeiro. Mencionou que em fevereiro, lançariam o concurso para que as pessoas se pudessem candidatar e, portanto, pudessem acolher as 80 famílias que ocuparam as 80 frações.

Informou que o Centro de Saúde, que tinha visitado naquele dia, estava num bom ritmo capaz de manter a esperança de que, em finais de agosto, pudessem tê-lo concluído. Sobre as requalificações das quatro EB 2,3 ficaram com prioridade de intervenção de nível 3. Portanto, o Governo abriu avisos de concurso para o nível 1 e 2, e expectativa que houvesse de seguida para o nível 3, para se poderem candidatar. Afirmou que tinham projetos prontos, revisão de projetos, tinham tudo. A sua esperança era que no terceiro trimestre de 2026 ainda pudessem iniciar a obra. De qualquer das formas, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, os municípios solicitaram que o aviso de concurso que estava vigente, em vez de permitir só que quem tinha prioridade naquele momento se pudesse candidatar, Fafe também pudesse candidatar-se. Disse que a dificuldade era que o Governo, na sua perspetiva, estava a agir bem, era 520 escolas, não havia possibilidade de lançarem tudo de uma vez e estavam a ser confrontados com aumento exponencial dos preços, além de falta de mão de obra e de materiais, havia também os preços a encarecer e, portanto, o Governo definiu um determinado valor para a reabilitação das escolas e estavam confrontados com um valor superior.

Terminou dizendo que elencou as obras mais relevantes e salientou que fariam, nos dois anos seguintes, um grande esforço de investimento na área do saneamento, que tinham previsto 3 milhões de fundos, mais 3 milhões de empréstimos ou seja 6 milhões, e com as águas do Norte tinham acordado que pudessem também fazer um investimento à volta de 4 milhões de euros, que perfazia cerca de 10 milhões de euros, o que elevaria a taxa de cobertura de saneamento para próximo dos 70% com esses investimentos.

Disse, ainda, que estava em construção o pavilhão da EB 2.3 de Arões, que estava previsto ampliar o refeitório da escola secundária e também, iniciar o seu pavilhão. Mencionou que tinha solicitado uma reunião ao Ministro da Educação no sentido de permitir que o financiamento fosse todo ele acautelado pelo governo, como de resto estava acordado. De qualquer das formas, tinham por duas vias assegurado o financiamento do pavilhão da escola



secundária, ou por via do 20-30, que eram verbas que lhes estavam reservadas, ou por aquele programa das escolas.

Referiu que tinham uma preocupação que era a ampliação do cemitério, portanto tinha aí verba, iriam fazê-lo, que ainda era uma obra cara porque tratando-se da ampliação e do desnível do terreno, era uma obra que tinha um preço elevado.

Disse que tinham programas de reabilitação para a Casa da Cultura, mantinham o programa de pavimentação e rails e pintura das estradas e também a zona empresarial do Socorro e de Arões, iam reabilitar as duas. Para a de Arões, havia uma verba de aproximadamente um milhão de euros para reabilitarem aquela zona industrial com passeios e dotá-la de redes de águas e saneamento também.

Disse que tinham um programa mais alargado para os terrenos que ficaram também com área de acolhimento empresarial, para uma segunda fase e estavam a preparar-se para fazer a nova área de acolhimento empresarial de Regadas. Mencionou que estavam a fazer a terraplanagem e a abertura da via e que, até março, iriam preparar uma candidatura porque iam abrir para poderem ver se eram contemplados com verba necessária para dotar aquela área de acolhimento empresarial das infraestruturas necessárias para que ela se pudesse desenvolver.

De seguida, usou da palavra **Vanessa Barata, eleita pelo Chega** para dizer que o orçamento e as grandes opções do plano que estavam em discussão, diziam tudo sobre as prioridades do Executivo. E aquilo que diziam, infelizmente, era que as prioridades deste Executivo não correspondiam às prioridades da população fafense. O Grupo Municipal do Chega entendia que o orçamento falhava nos pilares essenciais, saúde, habitação, saneamento, infraestruturas, justiça fiscal e transparência. Começou pela saúde, afirmando que o orçamento não apresentava para o exercício seguinte qualquer investimento ou aposta estruturante na área da saúde, limitando-se a ações de acompanhamento, protocolos e pontuais apoios. Reconheciam, a já iniciada requalificação do Centro de Saúde como algo positivo, mas manifestamente insuficiente. Disse que num concelho extremamente envelhecido, com uma área territorial generosa, havia conhecidas dificuldades no acesso aos cuidados de saúde. Disse que não havia verbas para políticas de rejuvenescimento da população fafense para combater o envelhecimento ou sequer para acompanhar os idosos na derradeira fase da sua vida. Não havia sinais de um novo hospital para Fafe, como já foi também de resto falado, e a saúde aparecia como um discurso político e não como uma prioridade orçamental.

Afirmou que na habitação o cenário era igualmente preocupante, não existia um plano municipal claro para a habitação acessível, não havia metas, não havia números, não havia prazos e, portanto, não havia acesso. A classe média cada vez mais penalizada, os jovens que trabalhavam em Fafe, os casais jovens que queriam ficar em Fafe, continuavam completamente



esquecidos, sem habitação acessível, sem rendas acessíveis, não havia fixação da população jovem e sem jovens não havia futuro em Fafe.

Na questão do saneamento, disse, e com todo o respeito, que era absolutamente caricata a verba que o município previa para 2026, especificamente. Eram 465 mil euros para saneamento, com valores decrescentes nos anos seguintes, havia obras nesse âmbito que começaram em 2019 e só terminavam em 2028. Daí as contas que o Sr. Presidente fez quando falou em 4 milhões. Mencionou que 9 anos para saneamento era navegar ao sabor da maré, era um remendo e não correspondia às necessidades reais dos fafenses, nem às freguesias, nem na própria cidade que continuava com zonas onde, por inércia do município, continuavam a usar-se fossas sépticas como se estivéssemos no século passado. Disse que 465 mil euros para 2026 para saneamento, estavam certos de que, em concertos e artistas musicais o município iria gastar 3 ou 4 vezes mais, que eram prioridades.

Quanto às infraestruturas, o orçamento era especialmente pobre. A ideia que dava, e acabava por ser confirmada também pelo Presidente da Câmara quando falou, era que todo investimento que o Executivo fazia em infraestruturas era com verbas que vinham de fora, como por exemplo as do PRR. Referiu que havia cada vez menos locais onde estacionar os carros, cada vez mais estacionamento pagos e bem pagos, esquecimento e abandono de edifícios públicos, uma piscina municipal nova prometida há longos anos e que ficou para sempre na gaveta, como muitas outras coisas. Afirmou que o investimento no orçamento apresentado se concentrava em edifícios administrativos, equipamentos internos, software, viaturas, como se Fafe se limitasse à avenida 5 de outubro. Moderniza-se a máquina do sistema, mas não se melhorava efetivamente a vida dos fafenses.

No campo fiscal, como já teve a oportunidade de dizer, o orçamento era mais uma vez tudo aquilo que o Chega desejava combater, umas taxas ficavam iguais, outras mantinham-se, socialismo sempre, desagravamento fiscal nunca mais. Disse que num contexto em que o interior e em especial a franja da população com a idade ativa tinha vindo a perder algum poder de compra, o município escolhia manter e cobrar mais em vez de aliviar quem trabalhava e quem pagava impostos e quem sustentava o concelho e o país.

Fez uma nota para os números da despesa do orçamento, concretamente que mais de 55% era despesa corrente, com milhões em aquisições de bens e serviços, publicidade, representação, consultorias e rubricas genéricas. Uma palavra para as rubricas genéricas para que os fafenses que nos viam lá em casa e aqui soubessem que o orçamento tinha mais de 40 rubricas genéricas inscritas: outros bens diversos, outros trabalhos especializados, outros serviços, representação dos serviços, prémios com decorações e ofertas, aquisições de serviços, outros. Mencionou que essas rubricas não tinham qualquer memória descritiva associada, não indicavam os seus destinatários, não indicavam o tipo de serviço, não indicavam o critério de



despesa, referindo que se eram legais, eram sim senhora, se fica bem o seu uso prolífero, não, se transmitiam transparência, de todo, portanto ninguém sabia muito bem para que era o dinheiro, para pagar o quê, a quem. Disse que o uso desse tipo de rubricas acabava por falar pelo Executivo que delas lançava mão e as utilizava e acabava por ser um espelho do executivo, um orçamento tecnicamente extenso, politicamente opaco, pouco claro, tornando quase impossível, fruto também muito dessas rubricas, saber quanto se gastava e em quê realmente. Mencionou que transparência não era publicar os documentos, era permitir que os cidadãos compreendessem, os cidadãos comuns, os fafenses comuns, compreendessem onde o dinheiro era gasto, onde seu dinheiro era aplicado. Afirmou que se precisava de transparência. Referiu que o orçamento não respondia às preocupações reais dos fafenses, não resolvia os seus problemas estruturais, não criava futuro, não fixava jovens, não aliviava as famílias, não ajudava os idosos.

Afirmou que o Chega defendia um modelo muito diferente com mais investimento em saúde, em saneamento, em infraestruturas essenciais, habitação acessível para quem trabalhava, alívio fiscal, celeridade processual, desburocratização para quem queria investir em Fafe, mais juventude, mais desporto, mais vivacidade, menos vassalagem, menos despesa supérflua a menos impostos e mais, muito mais transparência. Disse que o Orçamento não seguia de todo este caminho, tinham pena e pelo respeito que tinham pelos seus eleitores e por todos os fafenses, votariam contra.

Posteriormente, usou da palavra **Rui Florido Costa, eleito CDS/PP**, para dizer que o orçamento e as grandes opções do plano para 2026, apresentavam-se como um documento formalmente equilibrado, mas politicamente pouco exigente, excessivamente dependente do Estado Central e isso foi confirmado pelo Presidente da Câmara, e pouco orientado para a criação de valor duradouro no concelho de Fafe. Desde logo, importava dizê-lo com clareza, que o orçamento representava uma rutura face ao documento de 2024 e 2025. Nesses anos, o município seguiu uma trajetória de crescimento mais prudente, tinham de admiti-lo, e controlada. Disse que em 2026, assistiam a um aumento significativo do volume orçamental, sobretudo ao nível do investimento, sem que existisse um reforço proporcional das receitas próprias do município, nem uma estratégia séria de autonomia financeira. Referiu que quase 40% das receitas correntes continuavam dependentes do Estado Central, e para o CDS essa era uma fragilidade estrutural. Mencionou que um município forte devia ser financeiramente autónomo ou o mais possível autónomo, capaz de gerar receita própria, reduzir dependências e preparar-se para o fim dos ciclos dos fundos comunitários que iam acabar brevemente. Afirmou que a autonomia financeira se construía com uma estratégia ativa de valorização do território, captação de investimento privado, melhor aproveitamento do património municipal, revisão criteriosa das taxas e rendas municipais e uma gestão fiscal que incentivasse quem criava emprego e riqueza



em Fafe. Nada disso estava verdadeiramente refletido no orçamento. A propósito da relação com o Estado Central, deixaram uma questão direta ao Presidente da Câmara, relativamente à delegação de competências, e que já foram fazendo essa pergunta noutras alturas, se considerava que o valor financeiro transferido pelo Estado era efetivamente suficiente para responder às competências que iam sendo transferidas para o Município. Disse que do lado da despesa, encontravam um peso muito elevado da despesa corrente, com valores significativos em pessoal e em bens e serviços. Referiu que o que não encontravam era uma estratégia clara de eficiência, racionalização e boa gestão de recursos públicos. Disse que para o CDS, gastar mais não era sintonia de governar melhor, governar bem era fazer mais com menos, com rigor, responsabilidade e foco nos resultados. Disse que se falava muito de investimento, mas quando analisavam o plano plurianual, verificavam a repetição de projetos de ano para ano, muitos deles com verbas meramente simbólicas, apenas para constarem no papel, referindo que essa prática não era plenamente séria, era a gestão de expectativa política que adiava soluções reais e criava frustração legítima junto das populações quando as obras continuavam por fazer.

Na área da habitação, absolutamente central para as famílias, para os jovens e para a classe média, o orçamento revelava outra fragilidade, a dependência quase total do PRR e de programas nacionais. Faltava uma política municipal própria para a habitação ou complementar. Mencionou que o CDS defendia que o município devia assumir um papel mais ativo através de instrumentos próprios, incentivos à reabilitação urbana, disponibilização de solo municipal para projetos habitacionais acessíveis, parcerias com o setor privado e apoio direcionado à classe média trabalhadora, hoje completamente esquecida pelas políticas públicas. Disse que as freguesias, para o CDS, representavam o primeiro nível de democracia de proximidade, continuavam a ser chamadas a resolver problemas concretos do dia-a-dia, mas com meios claramente insuficientes. O princípio da subsidiaridade exigia que quem estivesse mais próximo das pessoas tivesse também os recursos adequados para agir, que sem meios adequados nas freguesias não havia verdadeira descentralização, pois havia apenas transferência de responsabilidades sem capacidade de resposta.

A nível da economia local, mencionou que o documento era pouco ambicioso. Faltava uma estratégia clara para o comércio tradicional, para as zonas industriais, para a captação de investimento e para a criação de emprego qualificado. Mencionou que o CDS defendia prioridades claras, apoio efetivo ao comércio tradicional, qualificação e promoção das zonas industriais, redução da burocracia municipal para quem quisesse investir e uma estratégia ativa de captação de empresas e emprego qualificado. Disse que o orçamento se limitava a intenções genéricas, sem metas, sem instrumentos e sem impacto na economia real. Acrescia ainda, um risco que não podia ser ignorado, a execução. Afirmou que concentrar um volume elevado de investimento num único exercício aumentava a probabilidade de atrasos, a reprogramações, a



obras que não saiam do papel. Afirmou que um orçamento responsável devia ser realista e executável, sob pena de se transformar num exercício de propaganda e não num verdadeiro instrumento de governação. Referiu que não colocavam em causa de forma imediata a estabilidade financeira no município, mas não podiam validar um orçamento que adiava reformas estruturais, reforçava dependências e perdia a oportunidade de preparar Fafe para o futuro mais autónomo, mais competitivo e socialmente equilibrado. Afirmou que, por coerência política e por responsabilidade com os fafenses, o CDS votaria contra o orçamento e as grandes opções do plano para 2026.

Usou da palavra **Vasco Lopes, eleito pelo PSD/PPD**, que começou por uma questão estrutural porque ajudava a explicar também todo o resto. Mencionou que os municípios tinham mais competências, mais responsabilidades e mais exigência do que tinham há 20 ou 30 anos atrás. Que eram responsáveis pela mobilidade, água, tratamento de resíduos, educação, ação social, saúde, transição digital, sustentabilidade, etc. Referiu que o Estado descentalizou funções, a sociedade mudou, os problemas tornaram-se mais complexos e a forma como se prestavam os serviços públicos também tinham mudado e iam continuar a mudar a um ritmo ainda mais acelerado. E perante isso perguntou se fazia sentido manter a estrutura orgânica do município praticamente inalterada há décadas, se não estariam a correr um risco de ter uma estrutura disfuncional, incapaz de responder aos desafios atuais e se não estariam, acima de tudo, a adiar uma reforma absolutamente necessária que, quanto mais tarde fosse feita, mais dolorosa seria. Afirmou que a pergunta não era administrativa, era profundamente política porque sem uma máquina municipal preparada, nenhuma estratégia funcionaria. Passando ao orçamento e às grandes opções do plano para 2026, mencionou que o documento identificava corretamente os grandes problemas do concelho, o saneamento, mobilidade e a atração de empresas. Definia depois eixos estratégicos ambiciosos, desenvolvimento, transformação ecológica, a governação, a mobilidade e a transformação digital. Todos eles alinhados devidamente com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, mas era exatamente aí que surgia o principal problema do documento, do Executivo. Afirmou que os eixos estratégicos não eram uma estratégia e deveriam ser, eram enunciados, conceptuais, genéricos, sem metas, sem prioridades, sem calendário, sem indicadores e sem escolhas políticas claras. Não sabiam para cada eixo o que ia ser feito, quando, com que meios, qual era o impacto esperado porque não dizia. E o mais grave, as grandes opções do plano surgiam a seguir aos eixos estratégicos, mas não dialogavam com estes, não dialogavam com os eixos estratégicos. Não havia ligação entre as opções do plano e os eixos estratégicos. Afirmou que as opções estavam desconexas, fragmentadas sem uma coerência global em termos estratégicos, isso revelava uma dificuldade estrutural que já era visível no mandato anterior. A incapacidade de construir uma agenda estratégica para o desenvolvimento do concelho, uma bússola que lhes dissesse para onde iam,



como iam e com que prioridades. Afirmou que o município acabava por governar por reação e não por uma visão estratégica. E assim ficavam à espera de que os problemas se resolvessem por si ou alguém de fora os resolvessem por eles. Disse que isso era, portanto, mais grave quando olhavam para os recursos que foram disponibilizados para serviços externos, que já foram mencionados, em 2025, o município gastou cerca de 18 milhões de euros em serviços externos, dizendo que parte desse valor podia e deveria ter sido usado para construir uma agenda estratégica séria para o desenvolvimento do concelho para os próximos 10 anos, mas não, pois estavam no segundo mandato e continuavam ainda sem um rumo definido. Passando aos números, porque eles também eram implacáveis e como alguém já disse na Assembleia, os números não mentiam. Disse, então, que o orçamento para 2026 ronda os 82 milhões de euros, ligeiramente abaixo do ano transato, que à primeira vista parecia robusto, mas olhando com atenção, apresentava duas grandes fragilidades. A maior parte do investimento dependia de fundos externos do PRR e o Portugal 2030 e sabiam que o PRR terminava no ano seguinte. Disse que a margem municipal, a receita corrente livre, fazendo a diferença entre a receita e as despesas, também o saldo era muito curto e era vulnerável. Mencionou que o próprio documento mostrava que, olhando apenas para a receita e despesas correntes, que era onde estava a verdadeira capacidade de gestão do município, apresentava um saldo positivo de cerca de meio milhão e para terem uma ideia da dimensão do problema, as Águas de Fafe conseguiam obter aproximadamente o mesmo saldo positivo de meio milhão, porém com uma diferença muito grande, tinham um orçamento 22 vezes inferior, perto dos 4 milhões. Afirmou que os números lhes diziam que, de forma fria, a empresa municipal era hoje melhor gerida financeiramente do que o município, em termos de saldo.

Referiu que podiam dizer que havia investimento, contudo a maior parte desse investimento estava destinada à remodelação urbana e estava alavancado quase exclusivamente em fundos comunitários. A parte do investimento que dependia do município era feita recorrendo essencialmente à banca e quando surgiam situações inesperadas, como custos de expropriações não calculados, litígios, derrapagens, a resposta era normalmente a mesma, recorrendo à banca, ou seja, aumentar a dívida. O próprio documento reconhecia o crescimento da dívida, o aumento dos juros, a necessidade de novos empréstimos e um risco real da dívida associado às expropriações na Zona Industrial de Regadas, muitas delas em tribunal.

Disse que, com uma margem tão curta de folga orçamental e com o aumento da dívida, bastava uma decisão judicial acima do previsto para diminuir a margem financeira de endividamento do município e comprometer o cofinanciamento em projetos futuros. E era exatamente nesse contexto que surgiam os chamados projetos bandeira, a piscina municipal, o Museu do Rali, a requalificação da Escola do Santo e o BRT, mas que estivessem claros, esses projetos não



estavam financeiramente assegurados, não constavam num plano plurianual e surgiam remetidos para decisões futuras, procura de financiamento externo ou reprogramações. Estavam-se a criar expectativas públicas quando não havia um compromisso financeiro real, eram intenções, aqui não havia decisões políticas.

Afirmou que o que o Orçamento e Plano Plurianual apresentado revelavam era simples e politicamente muito sério, que era um município altamente dependente de fundos europeus, com uma capacidade de investimento própria praticamente esgotada sobre a pressão crescente da dívida e dos juros e com projetos sem uma estratégia, também, clara de desenvolvimento e com projetos anunciados que na prática não tinham condições para avançar. Isto significa uma coisa, que este modelo de governação chegou ao seu limite, está esgotado. Disse que a partir daí via apenas duas opções ou se continuava a gerir expectativas com projetos que eram meras intenções e continuavam a adiar as decisões, ou então mudava-se de rumo. E mudar de rumo implicava atrair investimento privado, reforçar a base económica do concelho, desenvolver parcerias públicas ou privadas, sérias, porque sem isso o município continuaria a anunciar projetos que não conseguia executar.

Terminou com perguntas diretas que os fátenses certamente queriam e mereciam ver respondidas: se confirmava ou não que a capacidade de investimento do município com receitas próprias estava praticamente esgotada? Como pensava o Executivo garantir o pagamento da dívida se as expropriações de Regadas tivessem decisões judiciais acima do previsto? Que impacto teria isso na capacidade de cofinanciar novos projetos nos próximos anos? Se podia garantir naquele dia que a Piscina, Museu do Rali, Escola do Santo, BRT teriam financiamento esgotado? Qual era a estratégia concreta para atrair investimento privado quando a política económica do concelho parecia inexistente e sem liderança efetiva?

Tomou a palavra o deputado **José Ribeiro, eleito pelo PSD/PPD**, para dizer que achava que já noutras discussões do Plano e Orçamento referiu aquilo que ia dizer, que o Plano e Orçamento era um dos poucos documentos sujeitos à apreciação da Assembleia que não permitia alterações, ou seja, ou votavam ou não votavam, ou votavam contra. Não era possível fazer qualquer enriquecimento desses documentos, mesmo que todos os que eram da situação e da oposição, pudessem estar de acordo que isso era benéfico para a política pública do concelho. Portanto, isso limitava-os a uma discussão puramente política, não podiam alterar os números, não podiam alterar as ações, e não sabia se no futuro a lei evoluiria para permitir algo parecido com o que aconteceu na Assembleia da República, se calhar não tão extenso, mas seria desejável porque de facto o único momento em que era possível trazer alguma influência às opções que se iam tomar era cumprindo o estatuto da oposição, que era previamente ouvir e acolher e no caso não tinha sido, mas acolher as sugestões ou as propostas que eram apresentadas pela oposição. Disse que era muito cómodo e se calhar até também já utilizou



esse argumento, que já foi usado naquele dia, o povo quis assim e até reforçou assim, portanto, era isso que o povo queria. Disse que julgava que as suas funções estavam para além disso, a função da Assembleia, dos eleitos da Câmara Municipal, estava para além disso porque se pusessem esse povo que os elegia a fazer orçamentos teria grande dificuldade desde logo de sair do seu cântão quanto às decisões que iria tomar. Ou seja, para dizer que a eles lhes cumpria ver mais longe, cumpria-lhes pensar naquilo que queriam para o ano seguinte, mas olhar para daí a seis, sete ou dez anos para a terra, para o concelho que queriam ter nessa altura. E era aí que batia o ponto, o orçamento e o plano, mencionou que não sabia se conseguiria fazer melhor, mas conseguiria fazer diferente, seguramente, porque ele era muito condicionado pelas decisões que já se tomaram atrás e portanto, pelo PRR, pela pressão do PRR e da execução do PRR. Portanto, quando disse que não sabia se conseguiria fazer melhor, não estava a elogiar o executivo, estou a criticar o executivo. Mencionou que estava a criticá-lo porque não conseguia ver para além disso, não lhes dava, como já foi também referido, alguma ideia, alguma orientação relativamente àquilo que queriam que fosse Fafe para além do horizonte curto de um ano, ou de quatro anos que era o plano plurianual. Continuou dizendo que sendo um documento, do seu ponto de vista bem apresentado, demasiado extenso para o seu gosto, eventualmente mais detalhado naquilo que eram, mais transparente naquilo que eram as grandes rubricas de consumo corrente onde se escondia propaganda e outras coisas que tais, e aí julgava que nunca tinha acontecido na democracia em Fafe, usar-se tanto a propaganda dos orçamentos e das ações que a Câmara fazia como no ano eleitoral de 2025, com os cartazes anónimos, com as obras lançadas e as obras a lançar, etc, etc, etc. Acreditava, até conhecendo o Presidente da Câmara, que alguém o meteu nesse buraco, mas deu resultados. Afirmou que o documento estava bem-apresentado, melhorou a qualidade da sua apresentação, que de facto conseguiam ler quase tudo, mesmo aquilo que era desfavorável para o executivo.

Considerou a sua introdução política muito amorfa como era habitual, muito neutra, muito sem sabor, como já referiu noutras circunstâncias, podia ser escrita por um executivo do PS, do PSD, do Chega ou de outro partido qualquer, porque de facto não tinha qualquer marca da gestão socialista do município. Dizia quase tudo, mas dizia muito pouco e, sobretudo, mas indo à parte que se referia às questões da ética, da liderança e da governança, afirmou que o Presidente da Câmara tinha muito boa intenção ao apelar a todos, à participação de todos, mas que pediu que o recordasse, nunca pôs à discussão pública qualquer projeto. Avançou com um plano estratégico, esse sim que era interessante todos discutirem, mas escondeu rapidamente depois daquela apresentação estratégica, esse sim era importante que discutissem para que pudessem ver o concelho de Fafe para além do tempo imediato que era o orçamento de cada ano.



Admitiu que a pressão do PRR, o facto do PRR e da pressão e do tempo em que tinha de ser executado, como já disse noutras circunstâncias, precipitou gastos inúteis no país todo e também em Fafe, e levou e levava, do seu ponto de vista, a que se cometiam erros que tinham a ver exatamente com aquilo que dizia atrás, da cidade e do concelho que queriam.

Disse que a loja do Cidadão não lhe parecia no local em que devia estar, a requalificação da Feira Velha devia ter aí sim um parque subterrâneo e não em Sá, a Habitação da Alvorada não devia estar na Alvorada, o Parque da Matriz devia ter, e cada vez era mais evidente, estacionamento subterrâneo. E, portanto, perguntou se queriam uma cidade cada vez com mais carros, com mais pressão sobre a cidade, com menos possibilidades de libertar espaços para os cidadãos, ou se, ao contrário, não deveríamos estar a trabalhar para uma cidade que deixasse os carros à porta da cidade e convidasse as pessoas a entrar por outros meios ou com outra mobilidade. Preocupava-o, também, como já o referiu anteriormente, que o contencioso do município eram 32 processos que estavam a correr em tribunal contra a Câmara, tendo aumentado significativamente.

E, portanto, preocupa-o também que a despesa corrente do município, num quadro que já foi referido pelo Presidente da Câmara, em que a receita própria era na ordem dos 35%, que houvesse um aumento de 18% no orçamento do ano seguinte da despesa corrente. Portanto, não havia uma estratégia no sentido de consolidar as finanças locais e de libertar o município para o tempo em que pudesse não haver fundos comunitários, em que a Câmara tivesse de ter capacidade para investimento.

Para terminar, disse que não havia muito a fazer relativamente ao orçamento para 2026, pelas razões que já disse, deixava mais uma vez o desafio ao Presidente da Câmara para que, com tempo, no início do mandato, durante esse ano, pudesse retomar a discussão de um plano estratégico que fosse participado e que fosse discutido pela população, pela Assembleia, para que pudessem perspetivar para além do tempo que viam desse mandato dos próximos quatro anos, o desenvolvimento e o concelho e a cidade que queriam.

De seguida, usou da palavra **Diogo Silva, eleito pelo Iniciativa Liberal**, que iniciou a sua intervenção fazendo um pequeno à parte, dizendo que e já que o Presidente da Câmara estava ligeiramente envergonhado por aquele agradecimento, quis agradecer de uma forma singela pela colocação dos dois outdoors que permitiram, enfim, de alguma forma, a vitória ainda mais reforçada do Partido Socialista. Portanto, o seu agradecimento ao generoso e misterioso doador dos dois outdoors para a colocação de publicidade para obras do Partido Socialista. Muito obrigado em nome de todo o Executivo. Prosseguiu, começando por falar do que era importante, dizendo que fazer política não era só pensar no presente, era mais que isso, era pensar no futuro, deixando as gerações futuras num melhor município do que aquele que receberam. Por esse motivo, mencionou que as políticas públicas adotadas deviam ser



tomadas tendo em conta não apenas o curto prazo, mas também e principalmente o longo prazo. Afirmou que o Plano espelhava precisamente o contrário. Focava-se muito em políticas que influenciavam o presente e muito pouco em políticas que influenciavam o futuro do município. Por esse motivo, a Indústria Liberal deixava bem claro o seu sentido de voto, que era contra e tinha vários motivos para assim o ser, entre eles a falha em várias áreas-chave, como por exemplo o empreendedorismo, onde faltavam incentivos para a atração de novos empreendimentos e crescimento dos atuais. Disse que queria mostrar dados porque eu não gostava só de letras e mostrou quer para a Câmara quer também para o Executivo, um mapa que tinha cerca de 186 municípios e Fafe estava no lugar de 154, afirmando que aquele era o ranking de competitividade municipal, não era algo que inventou, não era um dado que trouxe inequívoco, era algo factual. Afirmou que escusavam de ir para a Assembleia com a publicidade institucional do Partido Socialista dizer-lhe que o município de Fafe era extremamente competitivo. Disse que depois lhes trazia também, e esse era ainda pior, na área dos serviços essenciais e ferrovia, cujo município de Fafe estava entre os cinco últimos. Afirmou que esse era o estado de Fafe, era o futuro de Fafe e por esse motivo quero, também, falar-vos um bocadinho sobre uma área muito específica e uma obra muito específica, a Zona Industrial de Regadas que não avançava, nem “desavançava”, não havia explicação, não conseguia entender muito bem e achava que estava toda a gente muito confusa porque aparecia sempre um entrave, pelo que tinha alguma dificuldade em perceber como é que iam atrair empresas sem lugar para as colocar.

Disse, ainda, que lhes faltava estratégia para reter jovens e que esse era um assunto que o tocava bastante sendo o deputado municipal mais jovem, era que, apesar das medidas positivas, por exemplo, na área das bolsas de estudo, desde já havia saúde também alteração nesse aspeto na questão da idade, apoiar os jovens e principalmente aqueles que permaneciam, não era apenas na bolsa de estudo ou então no apoio à sua educação, era também no apoio àqueles que permaneciam cá, na criação de emprego qualificado, e como é que se criava emprego qualificado, trazendo empresas que fossem capazes de pagar esses funcionários, de pagar salários qualificados. Não eram empresas como as que tinham, infelizmente, e com todo o respeito às empresas que tinham que seriam capazes de pagar salários de 1.500 a 2.000 euros, ou o valor que fosse, que os jovens fafenses mereciam, referindo que em Fafe tinham muito talento, só que não o conseguiam reter, nem conseguiam promovê-lo fora de Fafe. A verdade era que esse investimento que tinham feito, principalmente na área das Bolsas de Estudo, era um investimento bastante elevado, isso não significava que fosse em vão, em momento era, isto porque não conseguiam reter e acabavam por perdê-lo para municípios vizinhos. Referiu que isso significava que Fafe investia e Guimarães e Braga ganhavam, era esse o jogo deles.



Por fim, falou sobre burocracia, nos debates foi visto, digamos assim, uma bíblia do município de Fafe que era o quão demorado e burocrático era o licenciamento de uma casa em Fafe, dizendo que não tinha a mínima noção e quando foi ver a quantidade de papéis que era preciso, achou impressionante. Afirmou que, comparativamente a outros municípios, essa comparação era óbvia, eram muito inferiores, Braga, Guimarães, Cabeceiras de Bastos, Celorico de Basto, conseguiam ter um licenciamento mais fácil que em Fafe. Disse que se queriam atrair pessoas tinham de facilitar o processo, não o dificultar e burocratizar, ele tinha de ser mais rápido, transparente e acessível para que todos conseguissem acompanhar passo a passo o licenciamento e não o prolongar por anos.

Por fim, deixou uma palavra ao Deputado José Ribeiro, que falou e bem, de tirar a pressão da cidade, dizendo que tinham um projeto para isso, e lembrando as “vitelinhas”, perguntou onde estavam, o que tinha acontecido, qual foi o investimento. Disse que investiram em ciclovias no centro da cidade, queriam tirar a pressão, investiu-se em “vitelinhas” e, no fundo, achava que o melhor era deitarem dinheiro para cima do problema. Disse que queria acreditar que colocar dinheiro em algum investimento pouco razoável ou pouco atrativo fosse o melhor. Se calhar o melhor era adquirirem o comboio que tiveram para o Natal e transportarem as pessoas pelo centro da cidade para tirar a pressão. Por fim, quis deixar bem claro que a estratégia que estavam a delinear não era uma estratégia de futuro, muito menos uma estratégia que os ajudava a crescer, precisavam de visão, ambição, vontade, não de passado e medidas conformistas como as que tinham. Referiu que ou invertiam a tendência e avançavam ou continuariam a ser ultrapassados pelos municípios vizinhos, em todas as áreas.

Usou da palavra o deputado **Carlos Cunha, eleito pelo PS**, que iniciou a sua intervenção para perguntar se tinham recebido todos o mesmo orçamento, porque ouviu tudo e se calhar as versões não eram condicentes, nem recebiam todos os mesmos documentos, mas havia coisas que eram como o Natal e então, ano após ano, mais ou menos por esta altura, no mês de dezembro, o cenário repetia-se. Afirmou que o Partido Socialista apresentava de forma responsável o seu orçamento e a oposição, de forma demagógica, criticavam tudo, dizia tudo e o seu contrário, mas não tinha alternativas concretas que realmente respondessem às ajustadas necessidades dos fafenses.

Mencionou que as críticas que ouviram, a maioria delas eram em preparação e outras reflexo de uma visão imediatista ou de curto prazo que, mais uma vez, nem servia Fafe, nem servia os fafenses. Continuou recuando no tempo e recuar até o passado dia 12 de outubro, quando se apresentaram aos fafenses, todos que aqui estavam, em vários projetos políticos, para liderar os destinos nos 4 anos que se seguiam. Disse que os fafenses, por mais que quisessem menosprezar o valor desse dia, foram claros e inequívocos na sua decisão, confiaram ao Partido Socialista, à presidência que o Presidente da Câmara liderava, e ao projeto político do Partido



Socialista, a responsabilidade de conduzir o futuro do concelho. Afirmou que nesse dia, os Fafenses não elegeram unicamente um projeto político, elegeram ideias, elegeram visão e progresso. Mencionou que o resultado foi um claro voto de confiança e uma exigente chamada de responsabilidade, mensagem que infelizmente a oposição não compreendia, por vontade ou por ocasião. Mas estavam ali para cumprir exatamente aquilo que prometeram, construir um concelho mais forte, mais inclusivo, mais bem preparado para enfrentar os desafios do futuro e o orçamento refletia exatamente esse compromisso. Referiu que o Orçamento Municipal, no montante global de 82,36 milhões de euros, revelava uma opção política clara, equilíbrio financeiro aliado a uma forte aposta no investimento e no desenvolvimento do concelho. Disse que os números, como tinha sido dito numa intervenção que o antecedeu, não mentiam, era uma realidade, destacava-se pelo lado da receita uma estrutura equilibrada entre a receita corrente, nos quase 48 milhões de euros, e a receita capital, nos 34,8 milhões de euros. Afirmou que por mais que tentassem fazer disso um pormenor, era efetivamente maior, porque demonstrava a capacidade do município, por um lado, em garantir o funcionamento regular da autarquia, e por outro, não abdicar de investimento estruturante indispensável para a Fafe e, essa composição refletia, acima de tudo, rigor na gestão e confiança para os projetos apresentados. No que respeitava à despesa, verificava-se uma distribuição responsável, como era uma prática do Partido Socialista nos sucessivos orçamentos que apresentava na Câmara, em que a despesa corrente orçava os 45 milhões de euros e as de capital cerca de 36 milhões. Disse que a despesa corrente, para quem não tinha tanta literacia, permitia e garantia a continuidade dos serviços fundamentais de funcionamento do município, a máquina municipal, por assim dizer, enquanto a despesa de capital objetivamente se prendia às infraestruturas que tinham como opções. Mencionou que já defendeu, no orçamento passado e na prestação de contas, que a sorte dava efetivamente muito trabalho. Lembrou que ouviram curiosamente, da mesma bancada, perguntar ao Presidente da Câmara se ele tinha aproveitado o financiamento para a Simcity, ou uma coisa do género, e nessa mesma intervenção, passado 10 minutos, dizer-se que recorriam muito aos fundos estruturais e comunitários. Se isso não era incongruência, o que seria se fosse o Partido Socialista a fazer esse tipo de desvios durante as suas intervenções. Mencionou que também ouviu falar em ranking de comboios, talvez ainda iludidos pelo comboio que andou na cidade que devia ser o único que contava para esse ranking nacional porque não tinham comboio em Fafe, portanto não tinham ranking de comboios.

Afirmou que o orçamento ia muito além dos números e, acima de tudo, era um compromisso firme e negociável com a comunidade, com a justiça social, o desenvolvimento sustentável e o progresso de cada cidadão nos concelhos. Mencionou que a justiça, saúde, educação, habitação, inclusão social, desenvolvimento económico, emprego, juventude, cultura,



ambiente e mobilidade, nenhuma área foi ou seria esquecida ou negligenciada. Contrariamente ao que foi dito, mencionou que o Orçamento contemplava obras essenciais e estruturantes nos serviços de administração pública, a criação da loja de cidadão conferia modernização à administração e aproximava o estado das pessoas. Permitia que os serviços se centralizassem, que quem ia a um serviço público, começaria logo pelas finanças que nem sequer tinham acessibilidade para pessoas com problemas de mobilidade reduzida. Disse que a requalificação urbana, a Praça José Florêncio Soares e a Praça da Feira Velha, obras emblemáticas também caracterizavam Fafe.

Relativamente ao saneamento, mencionou que também foi criticado de forma injusta, a expansão da rede que foi efetuada durante os nossos mandatos, mandatos do Partido Socialista, uma prioridade e não deixou de ser objetivamente uma prioridade do município e do executivo, um investimento de 6 milhões de euros aplicados em mais de 30 quilómetros de rede e 1.400 novos alojamentos, uma cobertura que rondaria os 62.2%, objetivamente gostavam que fosse os 100%, estavam a trabalhar nesse sentido. Relativamente à habitação, o primeiro direito na antiga fábrica de Alvorada, uma obra que estava em elevado estado de conclusão, davam, nesse sentido, um passo decisivo naquele que era um dos pilares fundamentais da sociedade, o direito a uma habitação digna para os Fafenses.

Disse que a reabilitação e ampliação do Centro de Saúde, uma obra muito esperada, que conferia maior comodidade aos profissionais e maior dignidade aos utentes. Educação, conforme foi referido, além das requalificações das escolas, também os pavilhões desportivos que tinham uma dupla serventia da comunidade estudantil e da população que os podia utilizar.

Mencionou que relativamente ao desenvolvimento económico, faziam coisas para captar investimento, os investimentos nas zonas industriais de Fafe eram um exemplo vivo disso. E a própria ligação à A7 criaria uma consolidação do concelho de Fafe como moderno e atrativo. Lembrou, ainda, que a Lingote existia há 30 anos, pelo menos em Fafe, não foi captada recentemente, foi um investimento no projeto. Proteção civil, ampliação da Escola do Santo, a criação da Unidade do Centro dos Meios aéreos.

Disse que aquele era um orçamento que refletia uma visão de governação rigorosa, equilibrada, conciliando responsabilidade, sustentabilidade e ambição, colocando os recursos públicos ao serviço das pessoas, do desenvolvimento económico e da melhoria da qualidade de vida dos fafenses. Esse era um orçamento que priorizava o futuro de Fafe, reforçava o desenvolvimento local, criava oportunidades, promovia a inclusão e o bem-estar coletivo. Um orçamento que assumiam com muito orgulho, com humildade e, acima de tudo, com responsabilidade, mas era, acima de tudo, um orçamento que refletia o compromisso inabalável assumido com os fafenses. Afirmou que no Partido Socialista, como sempre,



 mantinham a porta aberta ao diálogo e estavam prontos para acolher todas as ideias, propostas e projetos que verdadeiramente serviam Fafe. No entanto, nunca abdicariam do compromisso que assumiram, no passado dia 12 de outubro, com os fafenses, nem se deixariam iludir por tacticismos políticos que nada acrescentavam ao futuro do concelho.

Concluiu dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicitava o executivo, pelo excelente trabalho na elaboração do Orçamento e manifestou objetivamente o seu voto favorável e a sua aprovação.

Por fim, usou da palavra o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, começando por citar as linhas orientadoras, definidas pelo Presidente da Câmara no documento que receberam em que dizia que “o orçamento e as opções do plano continuam a dar resposta aos principais problemas, como a rede de saneamento, a mobilidade, a atração de empresas, precisamos de apostar mais em áreas para as quais temos potencialidade, como o turismo”, afirmando que pensava que nem essas áreas o orçamento dava resposta, bastava ver, por exemplo, em termos de mobilidade que a aposta da Câmara era enterrar milhões em parques de estacionamento e dedicar a módica quantia de 80 mil euros para infraestruturas de apoio ao transporte público. Mas eram mesmo esses os principais problemas de Fafe, não havia necessidades que deveriam ter mais prioridade e que tivessem ficado longe do foco das opções políticas de quem tinha gerido o concelho nos últimos anos, quase desde sempre. Afirmou que lutar contra a desertificação do concelho, nomeadamente nas áreas mais rurais, e sublinhou a migalha que estava prevista para o setor da agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, de 189 mil euros, 0,2% do orçamento para esse setor. Privilegiar a mobilidade coletiva, garantir uma efetiva preparação para as consequências das alterações climáticas, garantir a sustentabilidade económica do comércio local, como já foi referido, valorizar os recursos humanos camarários, promover a estabilidade de vida dos fafenses com exigência de melhores condições laborais e rendimentos para os trabalhadores. Disse que Fafe ganhava se tivesse um orçamento que, partindo das necessidades maiores da população, abrisse caminho a um concelho mais justo, mais ecologicamente sustentável e mais desenvolvido economicamente. Afirmou que eram daqueles que não desistiam desse caminho e continuavam a apresentar propostas nesse sentido. Sobre o facto de ter sido novamente repetida a questão das eleições, disse que já houve eleições, ganhou o PS, agora se calassem todos. Não era essa a ideia das eleições, para isso não estavam ali e quando dizia que o PS estava aberto a receber propostas de todos, disse que não sabia se os outros também responderam como eles responderam ao pedido da Câmara, mas pelo menos tinham propostas concretas e ainda naquele dia apresentaram propostas concretas na Assembleia. Não era por falta que não havia propostas concretas e alternativas à política que tinha sido levada a cabo nos últimos anos. Disse que constava do resumo do orçamento enviado pela Câmara um facto que tinham repetidamente referido e que



ali viam confirmado, concretamente as verbas recebidas no âmbito da descentralização de competências “revelam-se insuficientes face à magnitude das responsabilidades que transitam para os municípios”, pelo que mais uma vez sublinhavam o processo de descentralização que tinha vindo a ser levado a cabo pelos sucessivos governos não melhorava a vida dos cidadãos. Disse que ficava claro que o resultado da falta de financiamento seria uma degradação dos serviços, pois não se faziam omeletes sem ovos e, por isso, haveria também uma maior desigualdade entre as diferentes regiões do país porque havia municípios que conseguiam gerir de uma maneira e outros de outra e por isso essa história da descentralização em que todos foram embarcando deveria ser parada e revertida porque o resultado era as populações ficarem mais mal servidas. Mencionou que ainda não era daquela que se requalificava a rua que ligava a Zona Industrial à praia fluvial de Quinchães, uma rua com uma grande utilização diária pelos trabalhadores da zona industrial e que ia passar mais um ano sem melhorias e cujo mau estado tem sido já várias vezes citado; Ainda não era desta que tinham uma nova piscina, que se requalificavam as escolas de concelho, que instalavam painéis fotovoltaicos nos edifícios municipais; ainda não era desta que tinha uma rede ciclável em Fafe e ainda não era desta que tinham investimentos sérios nas freguesias. Afirmou que o que estava à vista era uma gestão camarária que se caracterizava por navegar à vista, sem rumo e sem uma estratégia para a resolução dos problemas dos munícipes, o que estava evidente no orçamento apresentado e daí o seu voto contra.

Afirmou que se ia referir-me já ao ponto 7.2 da delegação de competências porque considerava que os poderes do executivo já estavam reforçados na lei e quando o legislador previu que essas questões deviam ser também abordadas na Assembleia, decididas na Assembleia, era porque a Assembleia estava em melhores condições de o fazer. E por isso, iam votar contra essa delegação de competências porque no fundo era a Assembleia a dizer à Câmara que fizesse como quisesse, que assinavam por baixo, com a sua assinatura não seria. Disse que no fundo, estavam a assumir que aquilo que tinha sido dito, que pelos vistos era o que a maior parte acreditava, era que isso era uma eleição para um Presidente da Câmara e depois ele que decidisse, afirmando que não era esse o espírito da lei e tornava a coisa muito pouco democrática.

Por fim, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por agradecer a intervenção do deputado Carlos Cunha que respondeu a muitas das questões ou das intervenções que ali foram feitas. Começando pelo fim, pelo deputado Alexandre Leite que disse que sem ovos não se faziam omeletes, disse que era verdade, das intervenções todas que foram feitas, se não tinham receitas próprias, perguntou como queriam que governassem. E disse porque se realizou recentemente o Congresso Nacional da Associação Municipal de Municípios e, das diversas intervenções que lá foram feitas dos presidentes de câmara, a simetria que existi era a



verdade que muitos municípios não tinham condições de sobrevivência, de equilíbrio económico nos próximos tempos, se o Governo não revisse a Lei das Finanças Locais. Afirmou que tinham de rever porque os problemas de Oeiras, Cascais, tinham receitas próprias do IMT e do IMI que os tornavam quase sustentáveis. Porém em Fafe não tinham as oportunidades ou as opções de investimento que se faziam, tinha muito a ver com as questões do financiamento, e tinha sido bom tiverem aproveitado para ir buscar algumas verbas para os ajudar na reabilitação urbana, pois no próximo quadro comunitário, que estava em discussão, já não tinha verbas para estradas, nem estradas de acesso às zonas industriais, tinha verbas para o ciclo urbano da água onde se incluía o saneamento e o próximo não teria, e na reprogramação que estava a ser preparada iam ver se lhes concediam a possibilidade de ainda poderem apresentar projetos para a expansão da rede de saneamento e da água porque ainda havia problemas graves ao nível de investimentos de água e de reabilitação das condutas. Portanto, eram problemas sérios e os quadros comunitários iam tomando opções de financiamento que se iam esgotando e, portanto, houve um tempo em que havia verbas para saneamento quer fossem aplicadas em saneamento ou desviadas para outros fundos, pelo que a opção era legítima do município e foram feitas opções no passado que não privilegiaram o saneamento e por isso é que estavam confrontados com essa dificuldade.

De forma telegráfica, desafiou a deputada Vanessa Barata para que, quando tivesse dúvidas sobre qualquer rubrica, solicitasse informação e dar-lhe-ia, portanto, transparência acima de tudo.

Sobre o documento afirmou que já era extenso por si, algumas das rubricas eram tão genéricas que até não lhe sabia responder, mas eram as classificações económicas. Disse que na saúde, na habitação e no saneamento, mencionou que investiram 7 milhões de euros, naturalmente, que tiveram a capacidade de ir buscar verbas para reabilitar o centro de saúde. Quanto à “má instalação” da loja do cidadão de que se falou, referiu que o centro de saúde nunca devia ter sido construído naquele sítio, não tinha estacionamento, nem para os profissionais, nem para os utentes e se não tivessem disponível aquele terreno ao lado para o ampliarem, tinham de estar ali a pensar numa outra localização para o mesmo. Mas saúde, habitação e saneamento, as três áreas que referiu, tinha verbas substanciais e expressivas no orçamento apresentado.

Quanto às questões colocados pelo deputado Rui Flório Costa, tinha lido o que as oposições nos outros concelhos diziam e não andava muito longe do que ali era dito em termos das declarações de voto que se faziam, não tinham nenhuma capacidade de sustentabilidade financeira, se não fosse alterada a lei das finanças locais e os municípios a montante estavam numa situação bem pior. Relativamente às questões da estratégia que foram levantadas, mesmo da área do desenvolvimento económico, perguntou se não achava que era uma estratégia ter feito a revisão do Plano Direto Municipal, ter passado 155 hectares de



acolhimento empresarial para 355 hectares, e quantos municípios tinham disponíveis nessas áreas de acolhimento empresarial, de Coimbra para cima, quantas empresas eram proprietários de 50 hectares, quantos municípios tinham essa disponibilidade de, um dia para o outro, proporcionar a uma empresa que os procurava, que precisasse de 20 ou 30 hectares para se instalar, tinham e fizeram as expropriações e já tinha dito que só nove proprietários, das dezenas com quem negociaram, é que foram para tribunal porque não aceitaram o valor proposto e não foi possível chegar a acordo, o que não punha em causa as finanças públicas. Afirmou que tinham uma situação financeira equilibrada, que muitos dos municípios contraíram empréstimos avultados, inclusive em Guimarães, para fazer face à comparticipação municipal dos projetos de financiamento porque grande parte deles não conseguiram taxas naquela fase, porque não tinham a possibilidade de ir buscar financiamento a 85%, mesmo após 15, alguns deles contraíram empréstimos, referindo que não o fizeram, estavam a tentar resistir de contrair empréstimos, a não ser para o saneamento que foram buscar, mas achava que se justificava, até pela esperança de poderem vir a ter depois um aumento de comparticipação.

Quando à intervenção do deputado José Ribeiro, disse que se fosse ler as suas introduções dos orçamentos eram mais sucintas, mas, também, não evidenciavam nenhuma estratégia. Mencionou que fez parte dos seus executivos e recordou-lhe a propaganda que era feita na véspera das eleições e até publicações um mês antes no Correio do Minho. Referiu que não tinham tido nenhum problema com o contencioso, não havia registo de que tinham pago indemnizações, nem que porventura tinham perdido ações em tribunal, e se quisesse um registo das sentenças que foram proferidas, era simples, dava-lhe essa informação detalhada. Afirmou que há 30 anos que os terrenos do Fafe estavam para ser negociados, tendo começado pelo Dr. Parcídio, passaram por si e pelo Dr. Raul, e foi ele que fez o acordo ou da SACOR, também tiveram a oportunidade de chegar a acordo com os proprietários e não o fizeram.

Relativamente à rua da Praia, disse que a mesma ia ser feita e tinha a expressão no orçamento e no ano seguinte, que foi preciso fazer acordos com os proprietários para poderem lançar a obra, ficando o compromisso de a lançar e fazer ainda este ano, não sabendo se a concluiriam este ano, mas tinha a verba para o efeito.

Não havendo mais intervenções, **foram colocados à votação os seguintes pontos:**

Ponto sete ponto dois - Que nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 45.º e artigo 46.º, da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a Câmara Municipal delibere, submeter à Assembleia Municipal os documentos previsionais de gestão do Município de Fafe para o ano 2026, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta e desta fazem parte integrante:

A. Orçamento e Grandes Opções do Plano;



B. Norma de Execução do Orçamento;

C. Relatório do Orçamento;

Aprovado, por maioria com 9 votos contra do PCP/PEV, IL, PSD/PPD, CDS e Chega e 2 abstenções do PSD/PPD e do Presidente da Junta de Freguesia de Golães;

Ponto sete ponto dois – Autorizar a Câmara Municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela Assembleia Municipal;

Aprovado, por maioria, com 5 votos contra do PCP/PEV, IL, CHEGA e uma abstenção do CDS;

Ponto sete ponto três – Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e respetiva alteração, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, emita autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no PPI e/ou PAM;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;
- c) Resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas, sem prejuízo do disposto nº 2 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21 de junho.

Aprovado, por maioria, com 5 votos contra do PCP/PEV, IL, CHEGA;

Ponto sete ponto quatro ponto um - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais.

Aprovado, por maioria, com 1 votos contra do PCP/PEV e 6 abstenções do IL, CHEGA e CDS;

Ponto sete ponto quatro ponto dois - Que delibere ainda que a Câmara Municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão Deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta.

Aprovado, por maioria, com 5 abstenções do PCP/PEV, IL, CHEGA e CDS.

Ponto oito - Apreciação e votação da proposta de Mapa de Pessoal – ano de 2026;

Solicitou a palavra o deputado Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV, para dizer que o mapa de pessoal que discutiam deveria ser o espelho da estratégia e eficiência do Executivo. No entanto, o que lhes era apresentado para 2026 era um documento que assumia por escrito uma gestão de carências e não uma gestão de futuro. O documento previa o recrutamento de



136 trabalhadores, dizendo que se esse número era o que o executivo considerava necessário para o normal funcionamento dos serviços, parecia-lhes que naquele momento o município trabalhava em situações limite e, por consequência, os serviços públicos mais lentos e menos eficazes. Salientou que a situação na Divisão de Educação e Juventude era flagrante, com a transferência de competências da administração central, as responsabilidades do município aumentaram exponencialmente, no entanto, o que viam era uma dependência crónica de recrutamentos futuros. Referiu que existiam três dezenas de postos vagos nessa divisão, eram assistentes operacionais que faltavam nas escolas e técnicos que não apoiavam os jovens, e enquanto o recrutamento não saía do papel os serviços funcionavam sob uma pressão que degradava a qualidade e o atendimento de alunos e pais. Passando a um ponto de particular sensibilidade social, o gabinete apoia a vítima, que no site da Câmara, o município promovia e bem esse apoio, mas o mapa de pessoal desmentia a propaganda sem funcionários em exclusividade ou com vínculo permanente preenchido. Afirmou que o gabinete corria o risco de ser uma estrutura fantasma, e que o documento lhes dizia que estava previsto recrutar um trabalhador, perguntando: até lá como se apoiam essas vítimas. Por fim, olhavam para o núcleo de apoio aos órgãos municipais e freguesias que era quem os ajudava, a dotação de apenas um ou dois postos para apoiar as 25 juntas freguesia e a Assembleia era um sinal claro da falta de prioridade política dada à proximidade e dada à Assembleia. Assim, perguntou como podiam exigir celeridade e respeito pelas solicitações dos Presidentes de Junta se o Executivo não lhes dava as ferramentas humanas para trabalhar.

Terminou, mencionando que o documento falava em gestão racional e criteriosa, mas a realidade que o mapa descrevia era de um município que se limitava a gerir mínimos. Referiu que a elevada percentagem de postos não ocupados e a lentidão dos processos de recrutamento deixavam antever um ano de 2026 de serviços novamente no limite. Mais do que um mapa de intenções, que era o que parecia ser, Fafe precisava de serviços públicos de qualidade que o documento não garantia e honestamente parecia nem querer garantir.

De seguida, usou da palavra o deputado **Carlos Cunha, eleito pelo PS**, para referir que o Presidente da Câmara tinha explicado, e bem, que o acréscimo da despesa representava a parte dos aumentos salariais que eram decretados pelo Estado Central e que a Câmara, objetivamente, tinha de acompanhar. Disse que relativamente ao número provisório, convinha lembrar que a descentralização de competências era uma coisa que foi feita parcelarmente, ou seja, eram todos os municípios responsáveis que estavam naquele momento a acomodar aquilo que eram serviços e a perceber o que é que era efetivamente a necessidade. Ou seja, mal seria se tivessem contratado 200 ou 300 para daqui a 15 dias mandarem embora, ou então contratarem a menos e serem insuficientes.



Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido, ***aprovado, por maioria, com 3 votos contra do Chega e 7 abstenção do PCP/PEV, IL, CDS e PSD/PPD, aprovar.***

Ponto nove - *Apreciação e votação da proposta de 2ª Alteração Ao Regulamento de Organização e Funcionamento do Município de Fafe.*

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que era a segunda alteração que faziam à orgânica da Câmara e no essencial, tirando algumas afinações, prendia-se com a criação do Departamento de Segurança e Fiscalização pelas razões que já referiu atrás e, portanto, era uma estrutura que agregava a Polícia Municipal, Proteção Civil, Guardas Florestais e GTF para que houvesse uma resposta mais coordenada no apoio, quer aos bens, quer às pessoas da população.

Não havendo mais intervenções, ***foi aprovado, por maioria, com 3 votos contra do Chega e 7 abstenção do PCP/PEV, IL, CDS e PSD/PPD, aprovar.***

Ponto dez – *Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento de Bolsas de Estudo e de Mérito;*

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que era uma alteração ligeira uma vez que o Regulamento não contemplava a possibilidade de pessoas ou jovens ou cidadãos com mais de 35 anos poderem beneficiar da bolsa e também, não contemplava os cursos profissionais e, portanto, possibilitar que, pela eliminação desses dois pontos, a possibilidade dessas pessoas se candidatarem.

Não havendo mais intervenções, ***foi aprovado, por unanimidade, aprovar.***

Ponto onze - *Apreciação e Votação da proposta de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Fafe e os Agrupamentos de Escolas;*

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que era habitual aquele tipo de protocolos a celebrar com os agrupamentos de escolas, no fundo era dotá-los de alguns financiamentos para realizar algumas atividades com os alunos, informando que era feito em função do número de turmas e número de alunos, portanto era uma verba por turma e uma verba por aluno.

Solicitou a palavra o deputado **Alexandre Leite, eleito pelo PCP/PEV**, que começou por referir o que já disseram noutras alturas e que foi corroborado pelos diretores de escolas quando reunimos com eles, que a municipalização retirou às escolas a autonomia financeira da que beneficiavam e aumentou muito a burocracia. Na celebração daqueles contratos, assistia-se sempre ao mesmo argumentário, aliás, o rascunho era o mesmo dos anos anteriores, até nos valores a atribuir por aluno, o que os levava a concluir que, dada a inflação que se tinha feito sentir nos últimos anos, os alunos teriam acesso a menos apoios e complementos educativos ou com menos qualidade. Afirmou que todos sabiam que com o mesmo valor de há 4 anos, se



comprava muito menos e como era norma da Câmara, estabelecia o protocolo sem se provar que os meios eram adequados e os alunos que pagassem a fava. Percebiam que o estabelecimento daqueles protocolos facilitava a gestão correta dos agrupamentos, mas tinham sérias dúvidas que os valores tidos como adequados há mais de 4 anos fossem suficientes para fazer face às necessidades de 2026.

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação tendo sido **aprovado, por maioria, com 1 voto contra do PCP/PEV e 4 abstenções do IL e Chega, aprovar.**

Ponto doze - *Apreciação e votação da proposta da aquisição do Estatuto de Fundador de Serralves;*

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que era um assunto que há muito tempo que andava a ser discutido no sentido de poderem pertencer àquela Fundação Privada de Utilidade Pública e poderem, por essa via, beneficiar de um conjunto de iniciativas pelo facto de serem sócios fundadores. As considerações e aquilo que era previsível ou possível em termos de estratégia quer de política cultural, quer de política ambiental, estavam no documento, bem como os municípios e as entidades que faziam parte da associação. O valor parecia elevado, mas ele era de 100 mil euros, mas repartido por quatro anos e depois permanecia AD-eterno essa ligação à Fundação Serrales.

Solicitou a palavra o deputado **Rui Flório Costa, eleito pelo CDS/PP**, começando precisamente pelo valor que apesar de ser nos quatro anos, parecia-lhes bastante exagerado. Disse que, de facto, a decisão da Câmara Municipal de Fafe de assumir o Estatuto de fundador da Fundação Serralves não era apenas uma questão simbólica ou de prestígio institucional. Era, acima de tudo, uma opção financeiramente questionável e politicamente mal orientada, afirmando que estavam a falar de um encargo na ordem dos 100 mil euros de dinheiros públicos para associar o município a uma instituição cultural sediada no Porto, sem garantias claras de retorno efetivo para os fafenses e, nesse aspeto, bastava ler precisamente o programa e a fundamentação que constava associada a essa verba. Referiu que não existia compromissos concretos quanto a exposições, programas educativos ou iniciativas culturais regulares no concelho de Fafe. Enquanto escolas, associações culturais, coletividades e equipamentos locais enfrentavam carências reais de financiamento, a Câmara optava por investir num estatuto simbólico que pouco acrescentava à vida cultural do concelho, mas acrescentava muito à imagem externa da gestão municipal. O CDS entendia que aquela decisão revelava um desvio de prioridades, os fafenses não precisavam de títulos, nem de estatutos honoríficos, precisavam de investimento direto na cultura local, no apoio às associações, na educação artística e no lazer dos mais jovens. Afirmou que cada euro público devia ser aplicado onde gerava impacto real mensurável e próximo das pessoas. No caso em concreto, isso não acontecia, estariam atentos ao valor dos subsídios que iam ser atribuídos às coletividades e associações locais, que na maioria, a muito



custo, andavam pelos 2 ou 3 mil euros anuais e agora, sem justificação, lá iam 100 mil euros para o Porto. Por essas razões o CDS não acompanhava essa decisão e defendia que o município devia colocar sempre os fafenses em primeiro lugar.

De seguida, usou a palavra a deputada **Rute Mendes, eleita pelo Chega**, para dizer que os deputados municipais do Partido Chega votariam contra a proposta número 12 por considerarem que a aquisição do estatuto de fundador da Fundação de Serralves não constituía uma prioridade estratégica para o concelho de Fafe. Disse que o Chega entendia que os recursos financeiros do município deviam ser direcionados em primeira linha para responder às necessidades concretas e imediatas da população, nomeadamente nas áreas da habitação, apoio social, segurança, manutenção, infraestruturas e desenvolvimento económico local. mencionou que a afetação de verbas municipais em iniciativas de carácter simbólico ou institucional, sem impacto direto, mensurável e efetivo na vida dos Fafenses, não se coadunava com uma gestão responsável e rigorosa dos dinheiros públicos. O Partido defendia a promoção da cultura, mas considerava que devia ser feita com prioridade ao tecido cultural local e com critérios de proximidade racional, económica e benefício direto para a comunidade. afirmou que o Chega não podia acompanhar propostas que implicassem aumentos de despesa pública, compromissos financeiros futuros ou opções administrativas que não fossem devidamente sustentadas em critérios de eficiência, necessidade comprovada e benefício direto para a população. O Chega defendia um município financeiramente sólido, com contas equilibradas que respeitava o esforço dos contribuintes e não utilizava o orçamento municipal para decisões avulsas ou politicamente convenientes. Assim, por falta de garantias de rigor financeiro e transparência administrativa, o Grupo Municipal do Chega votava contra.

Não havendo mais intervenções, foi colocado à votação, tendo sido, ***aprovado, por maioria, com 5 votos contra do IL, Chega e CDS e uma abstenção do PCP/PEV.***

Pelo **Presidente da Mesa** foi colocado à consideração da Assembleia Municipal, uma vez o adiantado da hora, que se prolongasse o funcionamento da Assembleia por mais uma hora, tendo sido ***aprovado, por unanimidade.***

Ponto treze – Apreciação e votação da proposta de alteração do Regulamento Municipal de concessão de apoio financeiro destinado ao fomento da produção pecuária;

Foi da palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava apenas de um aperfeiçoamento para dar apoio aos produtores pecuários e tinha a ver com o conjunto de produtores que tinham animais inscritos no livro genealógico e que participavam em feiras e isso tinha cuidados ou despesas acrescidas e, portanto, foi para fazer esse aperfeiçoamento, sendo que o documento já esteve em discussão pública.



Não havendo intervenções, foi colocado a votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com 4 votos contra do IL e Chega, aprovar.**

Ponto catorze – Apreciação e votação da proposta de designação de Fiscal Único – Águas de Fafe, EM;

Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que não havia nenhuma alteração, nem no fiscal único, nem nos representantes da Câmara no Conselho de Administração das Águas de Fafe, portanto, era aquela que decorria dos estatutos. Houve apenas a integração da Vereador Helena Lemos por deter o pelouro do ambiente.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, tendo sido aprovada, **por maioria, com 6 abstenção do PCP/PEV, IL, CDS e Chega, aprovar.**

Ponto quinze – Apreciação das contas semestrais e do 2º trimestre de execução orçamento das Águas de Fafe. EM.

A Assembleia tomou conhecimento.

Entrou-se no período de pós-ordem do dia.

Pelo **Presidente da Mesa** foi dito que havia uma inscrição do público, pelo que passou a palavra a Miguel Aguiar que disse que estava ali em representação da Natação Clube de Fafe, como Presidente, dizendo que, após reunião da Assembleia Geral que se realizou no dia 17, em que os associados demonstraram descontentamento em relação à falta constante e constante adiamento das decisões sobre o mapeamento das pistas. Disse que a população fafense escolheu o Natação Clube de Fafe por sua livre vontade, o clube, aquele momento, tinha sócios nadadores na casa dos 500. Quis salientar que estavam ali a pedir condições a nível de pistas para que pudessem nadar, salientar, também, que a Natação Clube de Fafe era o único clube que representava Fafe com cadetes C, que tinha 22 atletas e isso era na ordem dos 7 aos 9 anos. Era também o único clube da cidade de Fafe que tinha cadetes a competir A, B, tinham 20 atletas que estavam na casa dos 10 aos 12 anos. Era também o único clube da cidade de Fafe que tinham o escalão de infantis a competir, com 14 atletas na casa dos 13 aos 14 anos. Tinham, além disso, equipas absolutas com 15 atletas o que perfazia um total de 71 atletas. A Natação Clube de Fafe tinha 92% do número de atletas sócios nadantes a participar e queria salientar com isto, que com a falta de decisão que estava constantemente a ser adiada e sendo posta de lado, sendo os grandes prejudicados as crianças que competiam na Natação Clube de Fafe. Disse que eram o clube que tinha 6 atletas convocados pela Associação Norte de Portugal, para estagiar na Federação Portuguesa de Natação. Assim, estavam a pedir ao Presidente da Câmara que houvesse uma decisão o mais rápido possível sobre o mapeamento do número de pistas, bem como o regulamento interno que ainda não lhes foi dado conhecimento.



Mencionou que a Natação Clube de Fafe, sem grandes condições, conseguiu um campeão nacional, imagine-se agora se tinham condições.

Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que o assunto já foi debatido em sede de reunião de Câmara e aquilo que tinha de transmitir ao Presidente da nova Associação e aos membros da Assembleia era que o mapeamento ia sendo ajustado e Vereadora do pelouro, na última reunião de câmara deu conta disso, de forma transparente, enviou para ambos os clubes o mapeamento. Mencionou que a piscina tinha seis pistas, três estavam destinadas ao recente clube criado que foi aquele que interveio, duas pistas estavam destinadas à Associação Desportiva de Fafe e uma pista estava destinada ao público. Era essa a ocupação que estava a ser feita, o novo clube devia-se ajustar também ao espaço que lhe estava disponibilizado. Havia uma tradição de uma associação que era a Associação Desportiva de Fafe que tinha o monopólio da utilização da piscina, entretanto surgiu uma nova associação e a Câmara cedeu a que as duas instituições pudessem usar a mesma piscina e o mapeamento era feito em função dos interesses dos interesses naturalmente dos atletas, que estamos conscientes disso, mas depois também por uma repartição justa, que tinha em conta também o histórico que a Associação Desportiva de Fafe até agora deu à natação e ao nosso concelho.

Foi colocada a votação a ata da sessão extraordinária desta Assembleia Municipal realizada no dia 21 de novembro de 2025, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**

Terminada a Ordem de Trabalhos, pelo Primeiro Secretário foi efetuada a leitura da minuta da ata da presente sessão que, colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram uma hora e trinta minutos do trinta de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

E, nos termos legais e regimentais, se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE

Em sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco – em cumprimento do disposto ni número três do artigo quarenta e quatro do regime jurídico dos órgãos autárquicos, aprovado pela Lei número cento e sessenta e nove barra dois mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, sua atual redação, procedi à verificação da identidade e legitimidade do eleito Nuno Vasco Moreira Lopes, o qual faltou justificadamente à instalação deste órgão ocorrida no dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e vinte cinco pelas quinze horas:

Nuno Vasco Moreira Lopes

Junte-se o presente termo à ata desta sessão da assembleia.

O Presidente da Assembleia Municipal

(Raúl Cunha, Dr.)